

Miséria, Desigualdade e Estabilidade:



O Segundo Real

**Miséria, Desigualdade e Estabilidade:
O Segundo Real**

Coordenação:
Marcelo Cortes Neri
cps@fgv.br

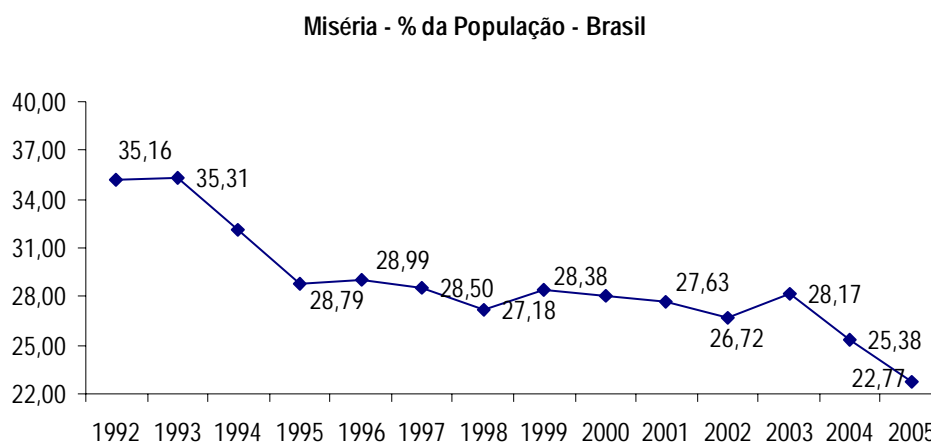
Equipe do CPS:
Luisa Carvalhaes Coutinho de Melo
Samanta dos Reis Sacramento

Ana Beatriz Urbano Andari
Ana Lucia Salomão Calçada
André Luiz Neri
Carolina Marques Bastos
Helen Harris
Juliana Paiva Leite
Paloma Madanelo de Carvalho

Miséria, Desigualdade e Estabilidade: O Segundo Real

1. Introdução

As séries de pobreza desde 1992, quando o novo questionário da PNAD foi estabelecido, indicam duas marcadas mudanças de patamar. Em primeiro lugar, no biênio 1993-1995, a proporção de pessoas abaixo da linha da miséria passa de 35.3% para 28.8% da população brasileira. Em 2003, a miséria ainda atingia 28.2% da população quando inicia um novo período de queda, chegando a 22.7% em 2005. Isto compõe uma queda acumulada de 19.18% entre 2003 e 2005, magnitude comparável à queda de 18,47% do período de 1993 a 1995. O paralelo existente na redução de miséria entre os dois episódios ocorridos dez anos à parte, pode ser percebido no gráfico abaixo.



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

* Definida como a parcela da população que tem renda per capita inferior a 121 reais a preços de hoje da grande São Paulo ajustada por diferenças regionais de custo de vida. Revisamos os deflatores regionais com base na última Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE feita em 2003. Vide nota sobre metodologia.

OBS: 1994 e 2000 são médias dos anos adjacentes. Nesses anos a PNAD não foi a campo

Como se sabe, a mudança de patamar da miséria observada no período 1993 a 1995 esteve associada à implementação do Plano Real embora os mecanismos de transmissão das mudanças sejam passíveis de discussão. Agora quais são as características associadas às mudanças da pobreza observadas entre 2003 e 2005? Em particular, de que forma a combinação entre crescimento e desigualdade interagiu nos dois episódios. Que políticas públicas como mudanças de regime macroeconômico (o próprio lançamento do Plano Real, a introdução de metas inflacionárias, entre outros) e alterações no regime de política social (como

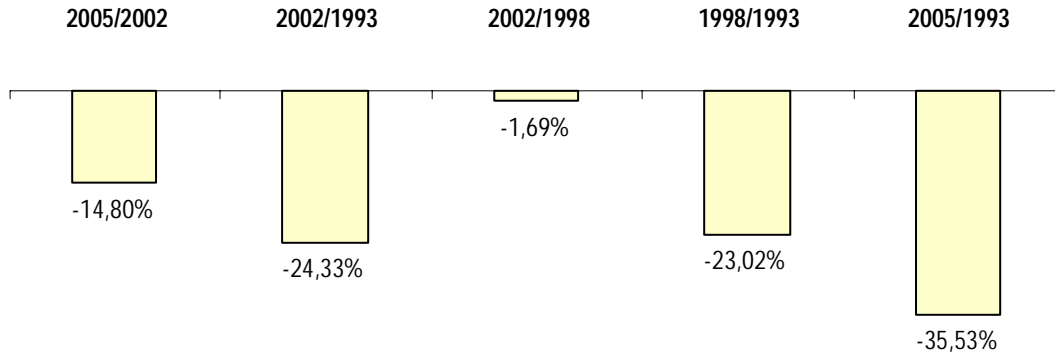
o lançamento do Bolsa-Família, reajustes do salário mínimo entre outros) explicam as mudanças observadas? Quais são os canais específicos de atuação destas políticas? Estas são algumas das questões endereçadas pela presente pesquisa.

O Centro de Políticas Sociais (CPS/IBRE/FGV) através deste estudo dá seqüência a sua tradição de apontar em primeira mão, transformações da distribuição de renda ocorridas na sociedade brasileira. O site do projeto possui gráfico acima como o acima com *links* que contém referencias que traçam um breve retrospecto da atuação do CPS relacionada aos principais episódios de incremento e de queda de indicadores sociais baseados em renda. Por exemplo, o grupo que deu origem ao CPS foi o primeiro a mostrar em fevereiro de 1996, as melhoras sociais observadas depois do lançamento do Plano Real. Depois em 1999, o grupo mostrou que a pobreza aumentou face às crises externas. Em 2004, o CPS mostrou não só a deterioração social ocorrida no primeiro ano da gestão Lula (2003) como a queda da miséria - até certo ponto surpreendente - ocorrida em 2002. No dia 28 de Novembro de 2005, no primeiro dia útil após a divulgação e difusão dos microdados da PNAD 2004, o CPS foi novamente rápido no gatilho e mostrou a extensão da queda da pobreza e da desigualdade social ocorrida. Outras instituições seguiram depois esta tendência, o que motivou o IPEA a organizar uma comissão internacional sobre o tema. No mês passado, o CPS demonstrou que no período 2002 a 2006, a Grande Belo Horizonte teve redução de pobreza e aumento de renda per capita trabalhista duas vezes maior que qualquer uma das seis principais metrópoles brasileiras com base na Pesquisa Mensal do Emprego (PME-IBGE) que funciona como indicador líder das mudanças que serão apresentadas pela PNAD no futuro. Agora a presente pesquisa revela que pela recém lançada PNAD de 2005 a miséria caiu 10.68% constituindo o melhor ano dos últimos 10 anos da série histórica.

Seguindo uma análise por períodos administrativos, a miséria cai 21.8% nos dois Governos FHC e 15.16 % nos três primeiros anos do governo Lula, conforme os gráficos ilustram. Dadas as diferenças de horizontes de tempo envolvidas, a miséria cai, em termos médios anuais, 3.2% no total da administração FHC e 5.2% na de Lula¹, queda próxima àquela observado no primeiro mandato de FHC (5.1%), corroborando o paralelismo dos episódios aqui traçado.

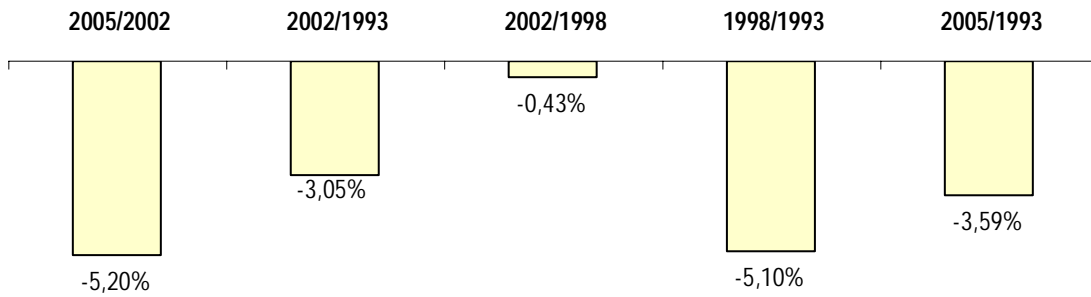
¹ O Governo FHC começa em janeiro de 2005 o natural seria usar dados de outubro de 1994, data de implantação da PNAD. Como não houve PNAD em 1994, optamos por usar os dados de 1993 como ano inicial do governo, uma vez que como os dados da Pesquisa Mensal do Emprego indicam a maior parte da redução da miséria trabalhista observada entre 1993 e 1995 ocorreu no primeiro semestre de 1995, já nos idos do primeiro mandato de FHC.

**Varição Acumulada da Miséria - Brasil
por Períodos de Governo**



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

**Varição Anual da Miséria - Brasil
por Períodos de Governo**



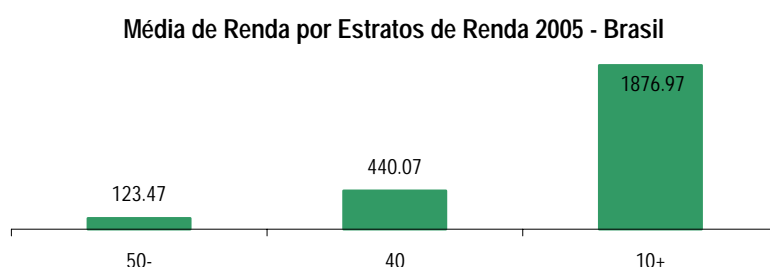
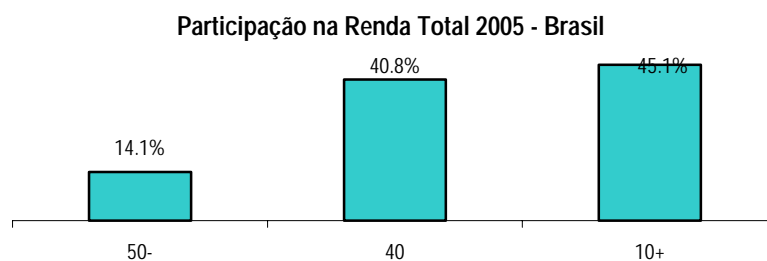
Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Em termos mais gerais, o Brasil foi o país que apresentou a maior inflação do mundo, no período de 1960 a 1995. Desde o começo dos anos 80, conter a inflação passou a ser o foco das políticas públicas no Brasil. Sucessivos pacotes macroeconômicos e três planos foram tentados desde então: o Plano Cruzado em 1986, o Plano Collor em 1990 e o Plano Real em 1994. Apenas o Plano Real foi bem sucedido em baixar e controlar a inflação desde então tendo efeitos de melhoria nos indicadores sociais baseados em renda per capita, como desigualdade, pobreza e bem-estar social (Neri 1996, Rocha 2003 e Barros et alli (2000)). Na verdade, durante os últimos 25 anos, mudanças nesses indicadores sociais têm refletido a volatilidade do ambiente macroeconômico brasileiro: até 1994 as fontes de instabilidade foram às sucessivas tentativas, e falhas, de estabilização, enquanto a partir de 1995 a principal fonte de instabilidade foi à chegada (e a saída) de crises externas. Mas neste último período o país expandiu programas de transferência de renda e deu continuidade aos regimes de política econômica, amortecendo as conseqüências sociais de uma maior instabilidade externa e as tendências internas de baixo crescimento observadas.

Similarmente, o Brasil tem sido notoriamente conhecido como um dos países que têm a maior desigualdade de renda do mundo (DFID 2003, Li et al 1998, Psacharopoulos 1991). Após sua íngreme ascensão nos anos 60, a desigualdade brasileira têm sido persistentemente alta, mas permaneceu estável entre 1970 e 2000 (Langoni 1973, Hoffman 1989, Bonelli et al. 1989, Barros et al. 1992, Ramos 1993, Barros et al. 2000). Contudo, em anos recentes em particular a partir de 2001, a desigualdade está em declínio que trouxe a desigualdade brasileira para os níveis mais baixos nos últimos 25 anos, notadamente 1976 quando as séries da PNAD podem ser na prática processadas (Neri (2003, 2004, 2005), Barros () , Ferreira et al. 2006, Hoffman () e Soares 2006. É razoável afirmar que da mesma forma que a década anterior foi a da estabilização da inflação, a década atual é - até agora - a da redução da desigualdade de renda. O tema central deste estudo são os momentos de inflexão de inflação e de desigualdade, aonde o Brasil ocupa lugar de destaque nas séries estatísticas internacionais e seus impactos sobre miséria e bem estar social.

2. A Dança Distributiva

Trabalhamos aqui com a idéia de distribuição de renda no sentido estatístico, incluindo tanto mudanças na desigualdade como alterações no crescimento da renda (domiciliar *per capita* - isto é, a soma da renda de todos os membros dos domicílios dividido pelo número de membros).

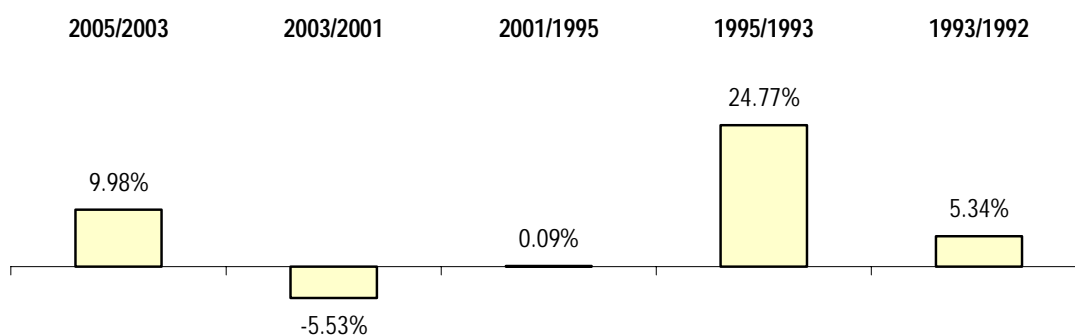


Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

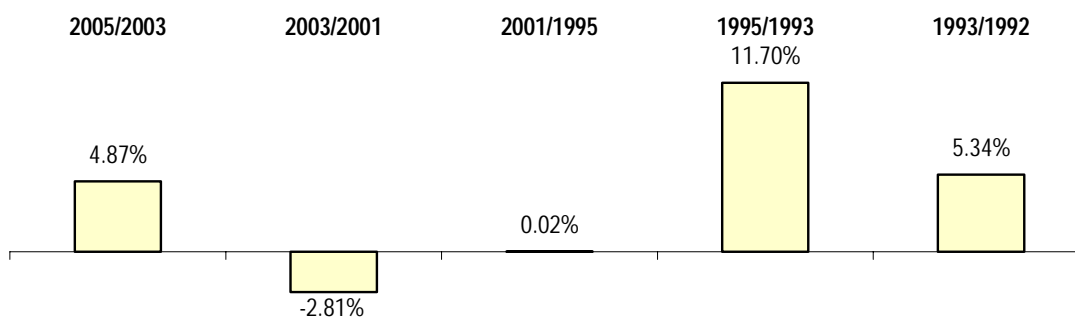
A principal característica da abordagem aqui utilizada é o seu nível de desagregação com três grupos de renda: o décimo mais rico que se apropria de quase metade da renda *per capita* em 2005 (mais precisamente, 45,1% - renda média de R\$ 1877); a metade mais pobre que se apropria de pouco mais de um décimo da renda nacional (14,1% - R\$ 123); e os 40% intermediários cuja parcela na população e na renda praticamente coincide (40,8% - R\$ 440 em média), constituindo um país de renda média, uma espécie de Peru, inserido entre a rica Bélgica e a pobre Índia. A abordagem por grupos de renda (Belíndia ou Belperdia) contrasta com aquela baseada no PIB *per capita* aonde a ponderação é proporcional à renda de cada pessoa - os indivíduos implicitamente "valem o que ganham". Este aspecto é especialmente relevante no caso brasileiro, onde o alto grau de desigualdade de renda observada torna a sua média um mal indicador de bem-estar social.

Propomos aqui uma cronologia que divide o período de 1992 a 2005 recente em cinco fases: a) incerteza institucional e inflação crônica pré-1995 (julho de 1994); b) *boom* pós-estabilização inflacionária 1993 a 1995; c) incerteza crítica em relação a choques externos (1995-2001); d) incerteza em relação à situação externa e mudanças políticas internas (2001-2003) ; e e) boom pós-choque de confiança (2003 em diante). Os gráficos seguintes dão uma visão dos ganhos e perdas de renda associadas a esses períodos através de duas análises. Uma mais global, onde fornecemos as variações totais (acumuladas) dos períodos, e outra através de médias anuais.

Variação Acumulada da Renda Média - Brasil



Variação Anual da Renda Média - Brasil



Há uma fase, antes do Plano Real, que denominamos de incerteza crônica, quando a população estava acostumada a conviver com a instabilidade derivada da inflação alta e persistente e da aplicação de pacotes econômicos. Os agentes e instituições desenvolveram uma série de mecanismos para se defender da

inflação, cujo principal efeito colateral era perpetuar a própria inflação. Essa fase abrange vários períodos marcados por sucessivos pacotes econômicos e planos de estabilização, mas se começarmos na década de 90 temos primeiro, de 1990 a 1992, na gestão Collor, onde se verificou um “milagre econômico” às avessas. A renda caiu de forma acentuada, mas afetou, principalmente, os mais 10% ricos (-11,8% contra -4,4%, ao ano, dos 50% mais pobres). O governo Collor reduziu a desigualdade, nivelando por baixo a renda. O segundo período (1992-93), este mostrado no gráfico é marcado por taxas de inflação ascendentes e um aumento da renda expressivo só entre os mais ricos (12,3% contra -1.6% ao ano, dos mais pobres), implicando em forte aumento da concentração de renda.

A fase seguinte (1993 a 1995) pode ser classificada como de lua-de-mel com o Plano Real. Todos os segmentos da população ganharam aumentos de renda em torno de 12% ao ano, em ritmo de milagre econômico. A incerteza crônica foi, de uma maneira muito rápida, retirada da economia - gerando ganhos de bem-estar importantes - e substituída por uma fase de euforia e de *boom* econômico e social.

Em seguida, há uma fase em que o país ficou exposto a uma série de choques externos. A natureza da incerteza percebida neste período é diferente do aspecto cotidiano daquele observado no período de inflação alta. É uma fase de incerteza crítica no sentido de uma crise aguda que estaria ainda por vir. Os resultados indicam que os mais pobres foram poupados, mas os demais grupos apresentaram quedas absolutas de renda da ordem de -1.1% ao ano no período 1995-01.

O Brasil passou a conviver com a possibilidade de uma grande deterioração, como as que ocorreram nas economias asiática e russa em 1997 e 1998. Em termos agregados, havia a possibilidade de um choque de proporções consideráveis. Os cidadãos passaram a conviver mais de perto com a possibilidade de desemprego de longa duração. Não falamos de uma sucessão de choques micro ou macroeconômicos, como no período de inflação crônica, mas da expectativa de choques não triviais e de natureza desconhecida. Em 1999, o Brasil foi bola da vez, e para a surpresa de muitos, o país não acabou. Os aumentos da inflação e do desemprego observados após a desvalorização ficaram aquém das expectativas generalizadas.

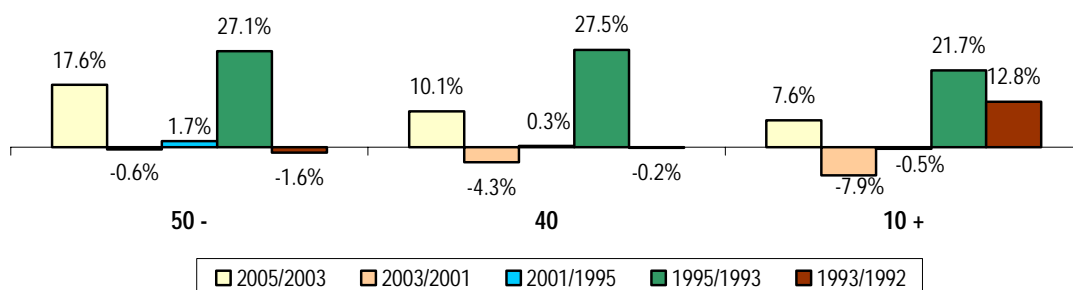
Por outro lado, a análise da distribuição de renda no período de crises externas (1995-03) é muito heterogênea no Brasil, dependendo do que e de onde se olha. Se somente for observada a renda do trabalho nas grandes metrópoles, haverá uma idéia de que a crise é mais séria. Se forem analisadas todas as fontes de renda e áreas geográficas, nos aproximando de um conceito mais abrangente de bem-estar, a crise se apresenta menos séria.

A dissipação da incerteza crítica em 2000 contribuiu para o aumento de investimentos domésticos e diretos estrangeiros e para a contratação de mão-de-obra formal mas que são abortadas com as sucessivas crises de energia doméstica, Argentina e a recessão americana de 2000, mas isso é uma outra história.

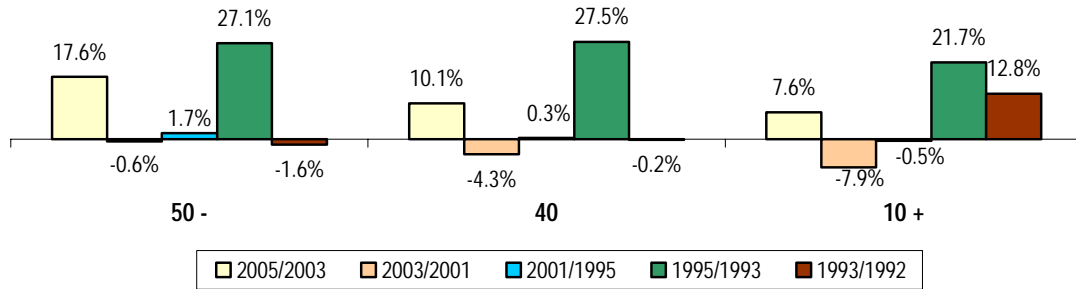
O período (2001 a 2003) se caracterizou por perdas de renda com redução de desigualdade. Apesar de atingir todos os segmentos da população, foram menos pronunciadas para os de mais baixa renda, -0,3% contra -4,1% ao ano, dos mais ricos (-0,6% e 7,9% no acumulado do período).

No período mais recente (2003 a 2005), o crescimento anual total de 4,8%, também se distribuiu de forma diferenciada entre os segmentos populacionais. Os mais pobres foram os que mais ganharam, com acréscimos anuais de 8,4% na renda (contra 3,7% do décimo mais rico e 4,9% do grupo intermediário).

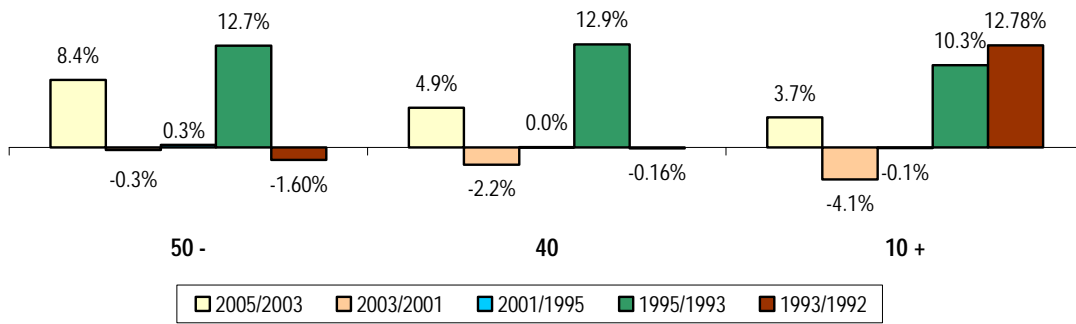
Varição Acumulada da Renda Média - Brasil



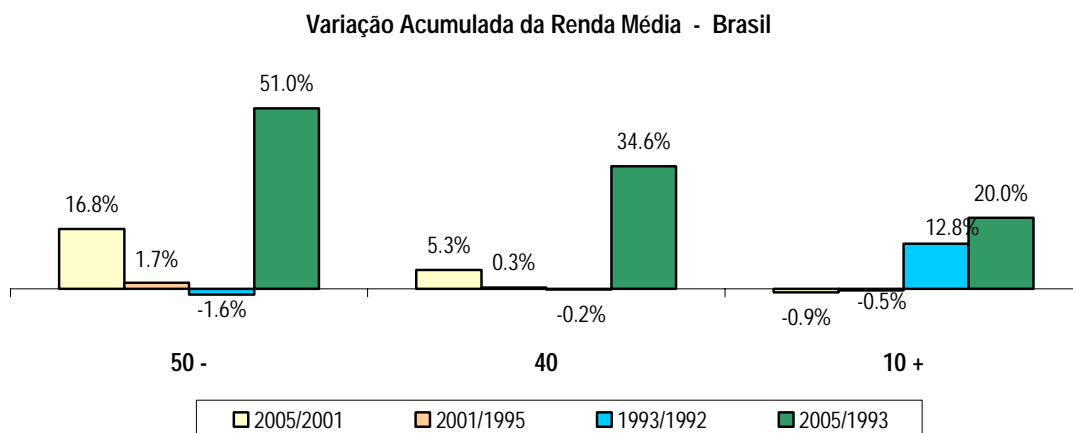
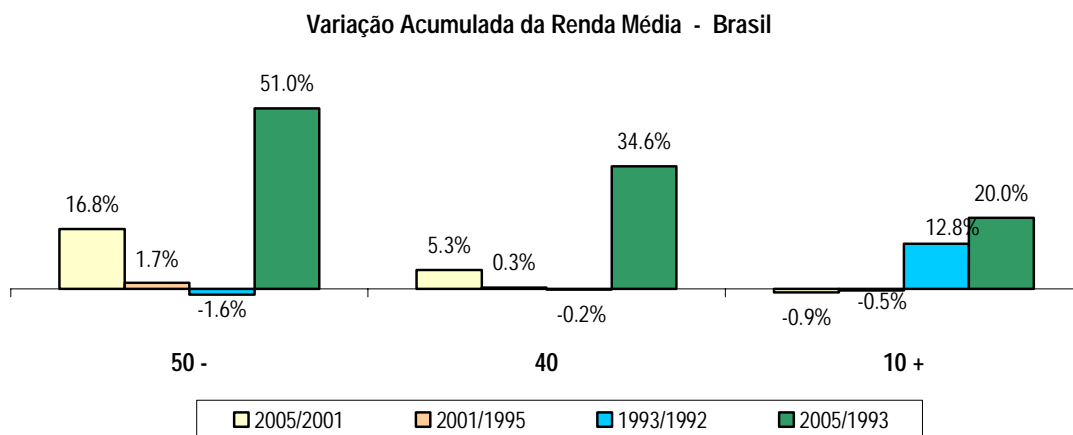
Varição Acumulada da Renda Média - Brasil



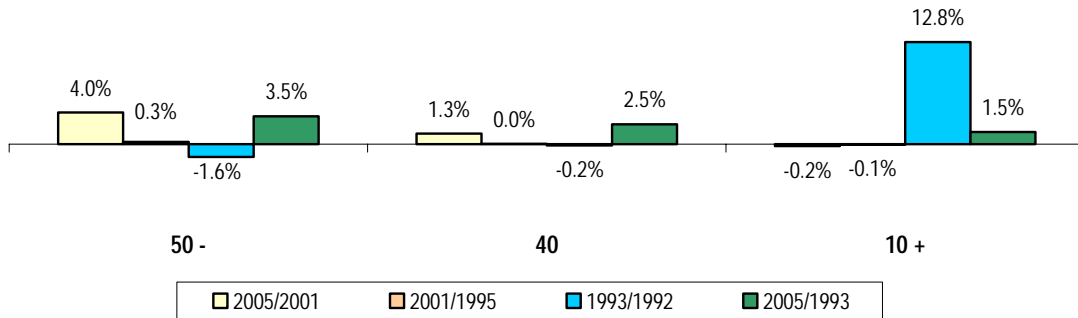
Varição Anual da Renda Média - Brasil



Outros períodos também podem ser analisados nos gráficos abaixo. É possível notar, por exemplo, que os 10% mais ricos foram os únicos perdedores no período de 2001 a 2005 (queda de 0,2% contra 4% de ganho dos mais pobres). Se analisarmos o que aconteceu nos últimos 12 anos, percebemos ganhos para todos os grupos que chegam a 1,5% e 3,5% anuais, para os mais ricos e mais pobres respectivamente.



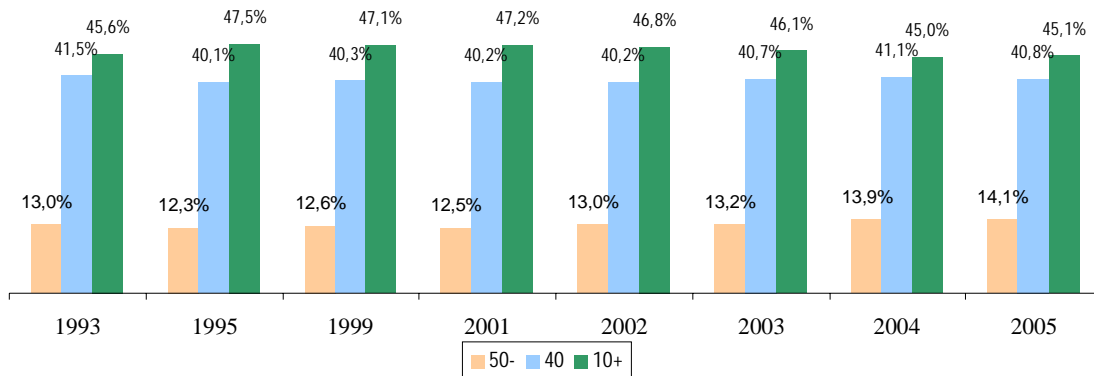
Varição Anual da Renda Média - Brasil



3. Desigualdade

A internacionalmente famosa desigualdade inercial brasileira que ficou mais ou menos estagnada na década passada, justificando seu nome, muda e passa a dar sinais de queda consistente desde o começo do milênio. A parcela dos 50% mais pobres sobe de 12,5% para 14,1%. Já a fatia dos 10% mais ricos cai de 47,2% para 45,1%. Vejamos a variação em vários trechos da distribuição.

Distribuição de Renda



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Centrando agora no último ano: o gráfico demonstra que a parcela dos 10% mais ricos na renda se mantém mais ou menos constante (de 45% em 2004 para 45,01%). A parcela dos 50% menores da renda sobe 0,2 ponto de porcentagem (de 13,9% para 14,1%). A diferença é explicada pela queda da parcela apropriada

pelos 40% intermediários (de 41,1% para 40,8%). Ou seja, a classe média no sentido estatístico - qual sejam os que auferem a renda média (os 40% que percebem cerca de 40% da renda).

O quem é quem da distribuição de renda: Os dados da PNAD mostram quem foram os principais ganhadores e os perdedores da dança distributiva. Entre 2004 e 2005, todos ganharam, pois a renda média do brasileiro na PNAD sobe 6.6% em 2005 contra 1% do crescimento do PIB per capita do mesmo ano. Em compensação a desigualdade cai pouco -0.6%, bem abaixo da queda dos três anos anteriores: -1.9% em 2004, -1% em 2003, e -1.2% em 2002. Em 2005 a renda dos 50% mais pobres sobe 8.56%, a parcela dos 40% intermediários sobe 5.74% e a renda dos 10% mais ricos sobe 6.89%. Em 2005, se o pão dos pobres não caiu com a margarina voltada para baixo, o croissant dos ricos também não caiu com a geléia importada no chão.

O quadro abaixo sintetiza a dança distributiva destes grupos ano a ano ao longo da presente década.

Varição Anual da Renda per capita dos Brasileiros - %

| | Total | 50%+ Pobres | 40% Médios | 10% + Ricos |
|------|-------|----------------|------------|-------------|
| 2005 | 6.63 | 8.56 | 5.74 | 6.89 |
| 2004 | 3.14 | 8.34 | 4.13 | 0.68 |
| 2003 | -5.81 | -4.15 | -4.67 | -7.32 |
| 2002 | 0.30 | 3.65 | 0.34 | -0.68 |

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

A parcela dos 50% mais pobres atinge 14.1% da renda em 2005 contra 13.8% em 2004 e 12.5% em 2001, quando a desigualdade começa a sua inflexão descendente. Já a parcela dos 10% mais ricos cai de 47.2% em 2001 para 45.1% em 2004 mantendo a mesma parcela em 2005.

4. Os Dois Reais: Dados

Os episódios de redução de pobreza de 1993-05 e 2003-05 apresentam semelhanças e diferenças. Começando pelos determinantes próximos da miséria e do bem estar social medidos a partir do conceito de renda domiciliar per capita, a saber: crescimento e equidade.

Trabalhamos aqui com a idéia de distribuição de renda no sentido estatístico, incluindo tanto mudanças na “distribuição do bolo” (desigualdade) como alterações no “tamanho do bolo” (crescimento da renda per capita), aí incluindo emprego e auto-emprego, de aposentadorias, pensões, programas sociais, aluguéis, transferências privadas (pensões alimentícias etc), renda de juros e etc. O conceito de renda domiciliar per capita sintetiza uma série de efeitos operantes nas políticas públicas e na vida privada (mercado de trabalho, renda do capital etc).

Calculamos sobre a renda domiciliar per capita, como medida síntese, a média e diversas medidas de desigualdade. Começamos pela medida de desigualdade mais popular existente: o índice de Gini que varia entre 0 e 1, quanto mais próximo de 1 maior a desigualdade. O limite inferior do Gini corresponde à perfeita equidade onde todos teriam a mesma renda, no limite superior teríamos a perfeita iniquidade onde uma pessoa deteria toda a renda da sociedade e os demais teriam renda zero. Para se entender o altíssimo grau de desigualdade de renda brasileira com Gini 0,568, estamos mais perto da perfeita iniquidade do que da situação onde todos são iguais. Consideramos nos cálculos todas as pessoas com rendas nulas, o que pode gerar algum descolamento com as séries divulgadas pelo IBGE tanto na média e como na desigualdade de rendimentos que só considera a ocorrência de rendas positivas em cada conceito. Implicitamente o índice de Gini dá mais peso àqueles com menor renda, logo aqueles com renda zero recebem na metodologia aqui adotada os maiores pesos.

4.1 Medida de Bem Estar Social de Sen

A fim de fornecer uma síntese final acoplamos os efeitos da média e da desigualdade numa função bem estar social proposta por Amartya Sen, o Nobel de Economia. Ela multiplica a renda média pela medida de equidade, dada por um menos o índice de Gini (isto é: Média * (1 – Gini)). Logo a desigualdade funciona como um fator redutor de bem estar em relação ao nível da renda média. Por exemplo, a renda média de 437 reais mensais por brasileiro seria o valor do bem estar social segundo a medida simples de Sen, se a equidade fosse plena. Mas na verdade corresponde a 43.2% deste valor, 189 reais, dada a extrema desigualdade atual brasileira. Apresentamos na tabela abaixo a evolução ano a ano da média de renda, da desigualdade de renda e da combinação das duas, dada pela medida de Bem Estar, originalmente proposta por Sen.

RENDA DOMICILIAR PERCAPITA

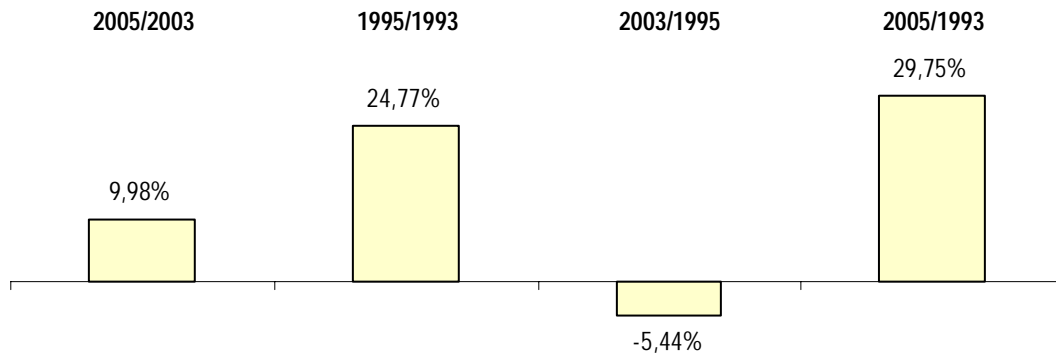
| | Renda | Gini | Bem Estar |
|------|--------|-------|-----------|
| 1992 | 320.05 | 0.583 | 133.39 |
| 1993 | 337.15 | 0.607 | 132.57 |
| 1995 | 420.66 | 0.599 | 168.53 |
| 1996 | 427.34 | 0.602 | 170.13 |
| 1997 | 430.83 | 0.600 | 172.15 |
| 1998 | 437.70 | 0.600 | 175.04 |
| 1999 | 412.92 | 0.594 | 167.79 |
| 2001 | 421.05 | 0.596 | 170.24 |
| 2002 | 422.30 | 0.589 | 173.76 |
| 2003 | 397.76 | 0.583 | 165.92 |
| 2004 | 410.23 | 0.572 | 175.69 |
| 2005 | 437.44 | 0.568 | 188.96 |

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

A tabela demonstra crescimento de renda média e da medida sintética de bem estar de Sen de 1993 até 1998 (medidos a preços constantes de 2005), com ênfase ao crescimento de 27% no período 1993 a 1995, quando a renda média sofre forte recuperação e a desigualdade uma pequena redução. No período seguinte a renda média sofre forte oscilação, recuperando em 2005, o valor de 1998. A renda aumenta após a recessão de 2003 e a desigualdade apresenta marcada redução após 2001. Esta dominância do aspecto redistributivo é evento raro no histórico das séries sociais brasileiras. A redução da desigualdade de renda domiciliar per capita ocorrida em 2004 é aproximadamente equivalente àquela acumulada no período de 2001 a 2003, quando o Gini passou de 0,596 para 0,583, mas desacelera em 2005. No último ano o ritmo de desconcentração de renda é menos de um terço daquele observado em 2004, mas continua atípico frente ao histórico das séries brasileiras que comprovavam até o início da década o Brasil como um caso crônico de iniquidade inercial. Como consequência do novo ciclo de melhora distributiva nas duas frentes em 2004 o bem estar recupera os níveis de 1998 em 2004 e sofre um crescimento de 7.6% em 2005, o melhor desempenho dos últimos dez anos perdendo apenas para o biênio marcado pelos efeitos do plano Real.

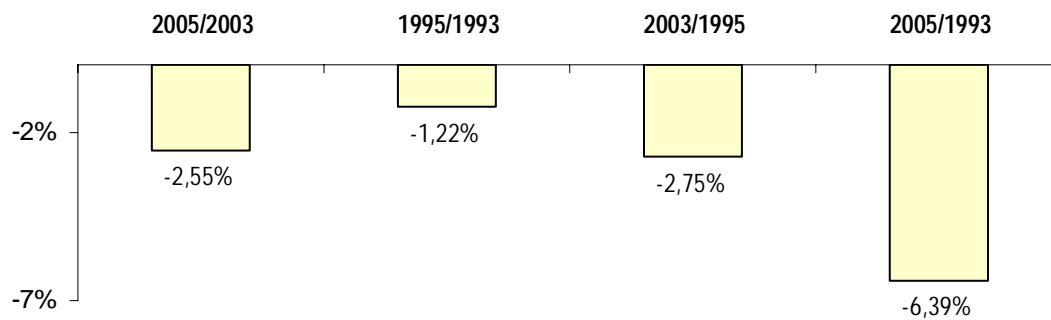
A variação acumulada da renda média e da desigualdade de renda contidas na tabela abaixo revelam que os dois períodos em questão são marcados tanto por aumentos do bolo como por melhoras na sua distribuição. No período pós-real o maior componente foi o de crescimento, já no último período o principal componente se deu pela redução da desigualdade de renda. O último gráfico sintetiza estes efeitos através da variação do índice de Miséria.

Varição Anual da Renda Média - Brasil
Os Dois Reais



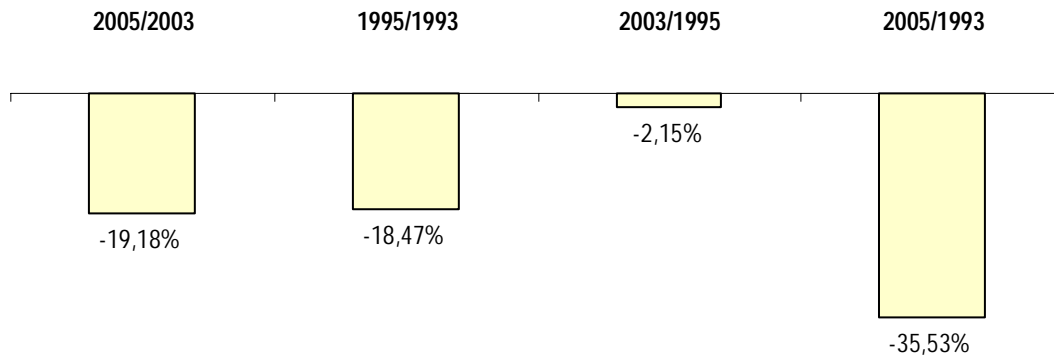
Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Varição Acumulada do Gini - Brasil
Os Dois Reais



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Varição Acumulada da Miséria - Brasil
Os Dois Reais

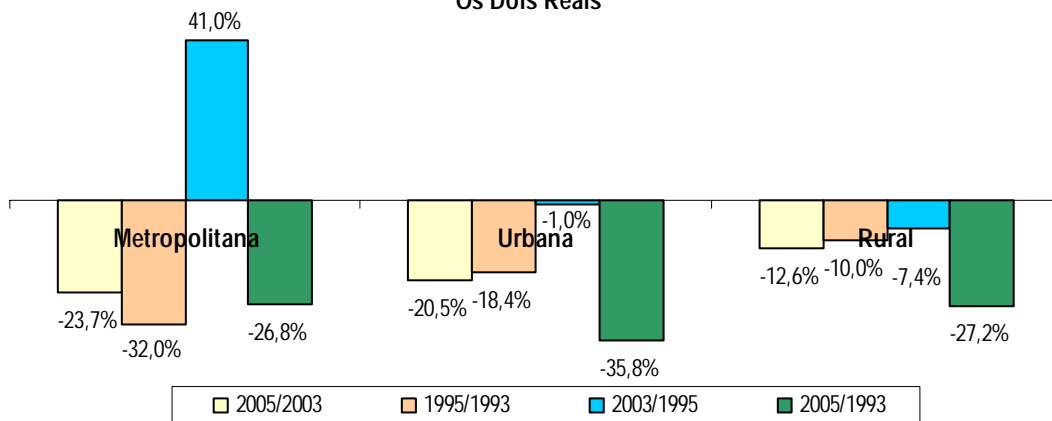


Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

5. Tendências Rurais, Urbanas e Metropolitanas

As metrópoles (comparadas às áreas urbanas e rurais) são os lugares que apresentaram o maior crescimento relativo da miséria no período entre 1995 e 2003, de 41%, refletindo a chamada crise metropolitana vigente; mas nos dois episódios em questão, as metrópoles foram as que apresentam os melhores desempenhos relativos, caindo 23.7% entre 2003 e 2005 e 32% entre 1993 e 1995.

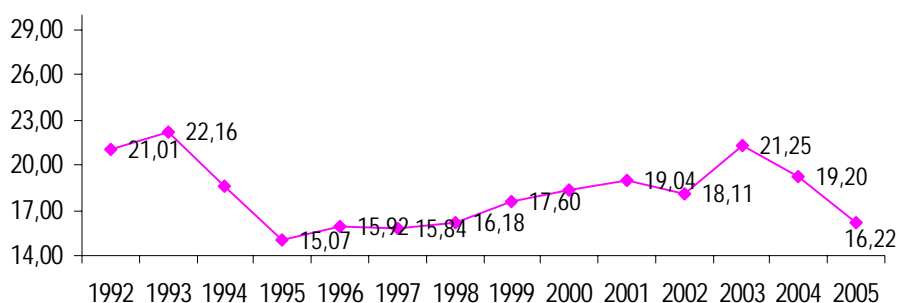
Varição Acumulada da Miséria - Brasil
Os Dois Reais



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Na verdade fora os períodos 1993-95 e 2003-05, a miséria nas grandes metrópoles subiu praticamente em todos os anos. Após forte queda no período de Lua de Mel com o plano Real quando a miséria cai de 22,16% para 15,07%, ela sobe atingindo em 2003 21,25%, tendência de alta interrompida daí até 2005 quando chega a 16,22%.

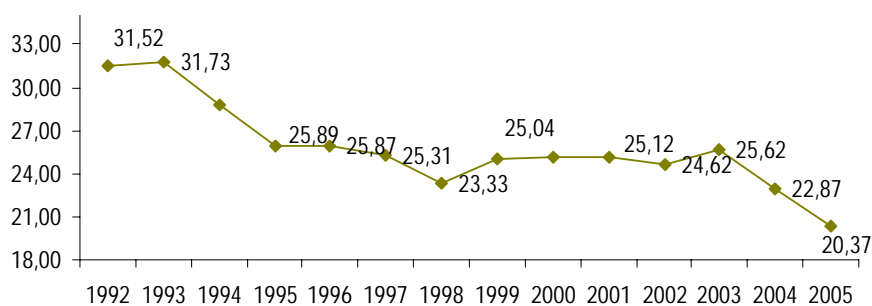
Miséria Metropolitana Brasil



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

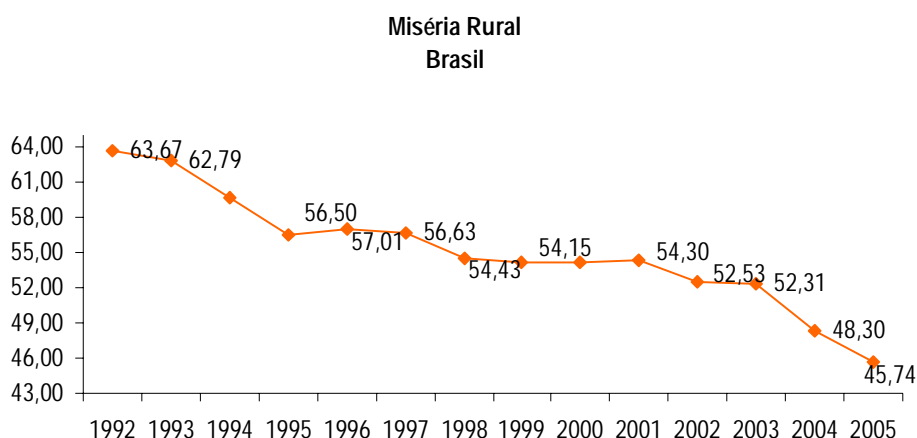
As áreas urbanas refletindo a boa performance de cidades de tamanho intermediário são a que apresentam no período total de 1993 a 2005, a maior redução acumulada de miséria 35,8% superando as áreas metropolitanas e rurais com reduções de 26,8% e 27,2%, respectivamente. Tanto em termos de nível como nas variações ano a ano, a miséria urbana segue os padrões daquela observada para o país como um todo, inclusive os padrões de redução em anos eleitorais, como em 1998 e 2002. Olhando para o período 1993 a 2005 observamos queda sistemática da miséria urbana de 31,52% para 20,37%.

Miséria Urbana Brasil



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

As áreas rurais apresentam um desempenho mais regular nos diversos sub-períodos. A miséria rural cai sistematicamente em quase todos os anos da série inclusive em períodos de seca do Nordeste como 1998 e 2001. Este padrão foi influenciado por políticas públicas voltadas para o campo, em particular programas de transferência de renda.



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

6. Os Dois Reais: Determinantes

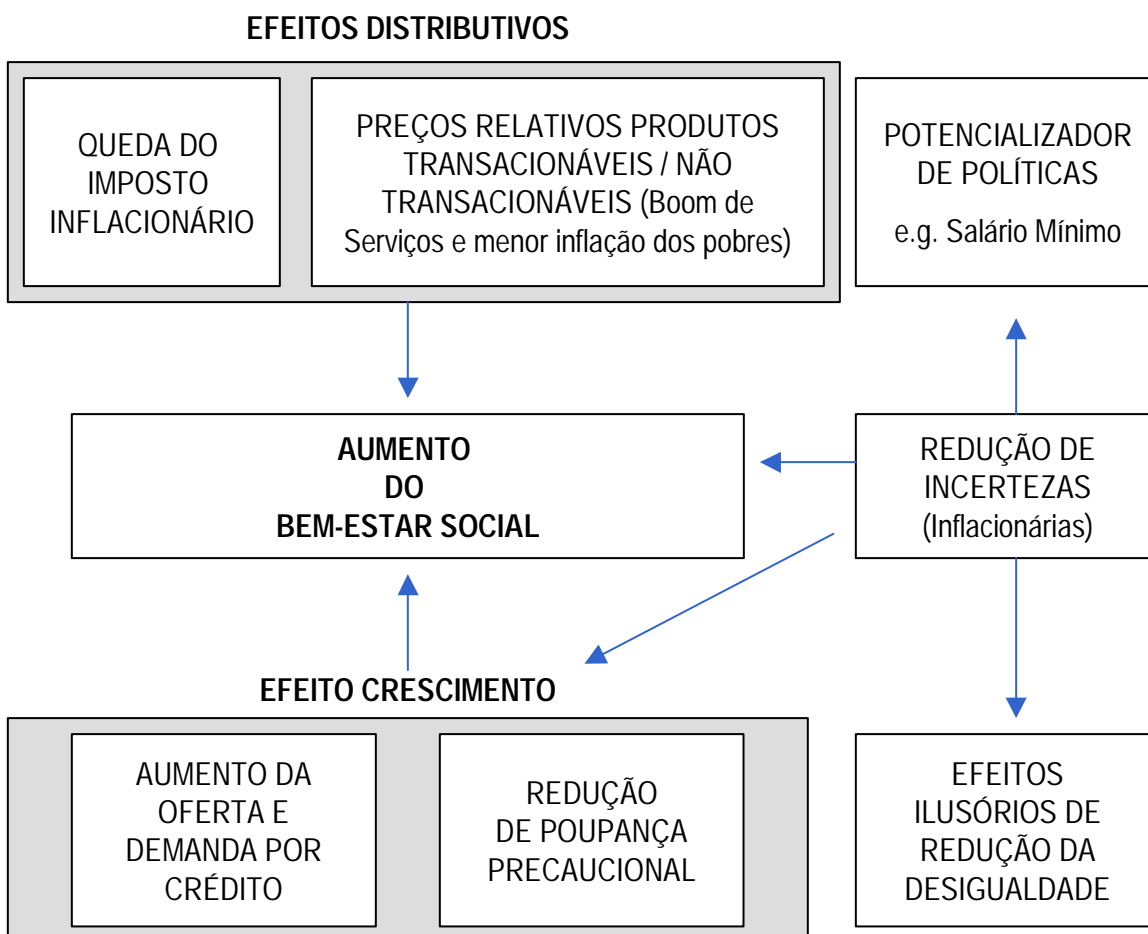
Como nos casamentos, a relação da sociedade brasileira com os gestores de políticas apresenta altos e baixos. Analisamos essas flutuações, segundo uma perspectiva distributiva. Procuramos qualificar a natureza das mudanças de bem-estar social ocorridas desde a criação do plano. Verificamos que o período de lua-de-mel com a estabilidade (1994-96) e o de crises externas (1995-01), tanto para o bem como para o mal, mudanças distributivas relativamente pouco pronunciadas. Já o período de continuidade das crises externas e de incerteza política associada à mudança de governo (2001-2003) assim como após começo turbulento, o período de lua de mel, agora com o governo Lula (2003 em diante), observamos mudanças de desigualdade de renda mais pronunciadas.

6.1 A Lua-de-mel do Real (1993-95)

No período de transição para a estabilidade, ao contrário do que se tem enfatizado, o efeito redutor de desigualdade do Real foi relativamente pequeno. A linha de pesquisa que originou o Real e os planos de estabilização que o antecederam buscavam reduzir a inflação mantendo, mais ou menos constante, o *status quo* da distribuição de renda.

A fase da URV, entre fevereiro e julho de 2004, uma espécie de noivado com a nova moeda, pretendia justamente isso. O Real foi concebido — e bem-sucedido — no combate a inflação. O grande ganho de bem-estar social provocado pela estabilização não foi à queda da desigualdade, mas — como o próprio nome sugere — o aumento da estabilidade da renda dos indivíduos. Essa redução de incerteza levou a efeitos ilusórios de redução de disparidades de renda, mas de forma mais importante melhorou as condições para o planejamento e a aplicação de políticas sociais além de induzir a um boom de crescimento pós-estabilização. Apresentamos abaixo um esquema organizando os principais efeitos do Plano Real sobre a pobreza (e o bem-estar social) e os respectivos canais de crescimento, equidade e estabilidade associados.

EFEITOS DO REAL



Após o lançamento do Plano Real tivemos, junto com a redução da inflação, um ganho de bem-estar associado à menor incidência do imposto inflacionário, principalmente nas classes de renda mais baixas. Simulações desse efeito revelam um aumento de 10% na renda de quem não tem acesso a mecanismos financeiros sofisticados e uma redução de pobreza de 5%. Essa é uma característica da estabilização, mas que vai explicar apenas uma pequena parte do ganho social observado depois do Real.

Um segundo efeito refere-se ao tipo de estabilização que foi feita. Fixou-se a taxa de câmbio, abriram a economia e ocorreu um *boom* de consumo. A apreciação cambial e gerou uma queda relativa na inflação dos mais pobres, medidos por exemplo através de cestas básicas. As medidas em relação ao setor externo beneficiaram os setores de produtos não-transacionáveis, como serviços, mas prejudicaram os transacionáveis, como indústria. E é o setor de serviços que abriga o maior número de pobres ocupados da economia. Houve, então, um grande impacto redutor de pobreza. Isso explica por que algumas regiões, como o Rio de Janeiro, por exemplo, foram mais beneficiadas do que outras, como São Paulo.

O terceiro efeito, o principal, diretamente ligado à estabilização, é a redução das incertezas. Nessa passagem da incerteza crônica para um período de estabilidade há ganhos de bem-estar social diretos, pois se consegue planejar o futuro. A estabilização também aumenta a demanda por crédito (poupança negativa) por parte das famílias, que podem ter um comportamento menos prudente em relação ao futuro e se liberam para consumir e tomar crédito. Por outro lado, bancos e financeiras tendem a se sentir mais seguros no monitoramento dos seus potenciais tomadores. A redução de incerteza depois do Real levou — tanto por razões de oferta como de demanda — ao florescimento do mercado de crédito direto ao consumidor.

O principal ganho do real foi trazer estabilidade à renda de cada um. Calculamos isso com base em dados da PME-IBGE que acompanham as mesmas famílias ao longo do tempo e concluímos que a volatilidade da renda domiciliar mensal caiu cerca de 40% com a estabilização.

O efeito de redução de volatilidade contamina as medidas de desigualdade. Parece que a desigualdade caiu mais porque se economia está mais estável, as desigualdades de renda mensais — que é o que se mede no Brasil — são infladas por essa flutuação. Se você tiver uma economia onde a renda média auferida ao longo do tempo é a mesma, uma economia igualitária por definição, mas com rendas que flutuam de maneira dessincronizada, parece que a desigualdade é maior do que é na verdade. A redução dessas flutuações produziu um efeito redistributivo ilusório do Plano Real. A desigualdade de rendas mensais cai três vezes mais que a desigualdade de renda ao longo de quatro meses consecutivos e essa diferença corresponde

justamente ao efeito de redução da instabilidade temporal da renda. Em suma, parece que a desigualdade caiu, mais o que caiu mesmo foi à instabilidade da renda individual.

Os efeitos redistributivos diretos do Plano Real não foram grandes, mas a estabilidade criou a possibilidade de se fazer política social de uma maneira muito melhor do que se fazia antes. Em primeiro lugar, porque alongou o horizonte de ação de governos e agentes privados, aí incluindo empresas e trabalhadores. Com a estabilidade e o fim do imposto inflacionário ficou mais fácil para o governo e para as famílias implementarem os seus respectivos orçamentos.

O Plano Real viabilizou a ação de políticas sociais mas não é, em si, uma grande política social. É preciso distinguir condições necessárias das suficientes. O objetivo do real não foi à redistribuição de renda, mas acabou por gerar um efeito de potencializar a operação de políticas distributivas. Assim não faz muito sentido discutir-se quem é o pai dos benefícios distributivos imediatos do Real, pois eles ainda estariam por vir.

Segundo a PME, o grosso (55,7%) da redução da pobreza líquida observada no período pós-Real se deu exatamente em maio de 95, nove meses após a estabilização. Pode ter sido apenas uma longa gravidez até que os benefícios da estabilização fossem paridos. De forma mais realista, a redução da pobreza de 10,56% então observada estaria ligada ao reajuste de 43% do salário mínimo concedido na mesma data. O erro parece ser a ênfase dada ao efeito distributivo direto do Real. O ganho maior foi à redução de incertezas e o boom de crescimento associado, sem falar na melhora da operação de políticas distributivas, como o aumento do salário mínimo exemplifica.

6.2 Crises (1995-2003)

Como vimos, o Plano Real difere dos planos anteriores em pelos menos dois fortes pontos. Primeiro, ele abrangeu um bem sucedido processo de desindexação, que foi baseado no estabelecimento de uma unidade transitória inteiramente indexada à inflação. Segundo, foi feito em um ambiente econômico mais aberto ao exterior com a moeda corrente de alguma forma supervalorizada. O Plano Real pertence ao tipo de plano “câmbio baseado na estabilização” que levam aos booms de consumo, ao invés de recessão. O câmbio funciona como uma âncora para o preço dos bens transacionáveis que gerou uma queda relativa na inflação dos mais pobres, medidos por exemplo através de cestas básicas. A partir de então, houve uma mudança nos preços relativos contra os setores transacionais em favor dos setores não-transacionais – que beneficiou trabalhadores de baixa renda, principalmente em serviços pessoais e sociais², mas a necessidade de suportar

² Neri et al. (1996) e Rocha (2003) apresenta uma detalhada descrição do impacto do Plano Real na pobreza e desigualdade.

uma supervalorização cambial com intuito de estabilização aumentou a fragilidade da economia brasileira às ondas de choques externas, como as crises que afetaram o México (1995), a Ásia (1997), a Rússia (1998) e o Brasil (1999).

Entre 1996 e 1999, a renda per capita domiciliar do trabalho caiu para uma média de 4,5% ao ano em áreas metropolitanas, enquanto permaneceu estável no resto do país. As taxas de desemprego (especialmente os longos períodos de desemprego metropolitano) aumentaram mais de dois pontos percentuais em dezembro de 1997 após forte aumento da taxa de juros, que poderia ser restabelecida após cada crise, evitando a fuga de capital. As taxas de desemprego permaneceram numa taxa anual média de 8% até o final de 2000 – a infame “Crise do Desemprego” (Neri 2000, Ramos e Brito 2003). Apesar de existir uma diminuição na renda total média, a pobreza nacional caiu; o mercado de trabalho teve um desempenho fortemente negativo de 1996 em diante (em particular entre 1996 e 1999; enquanto os programas sociais amorteceram o efeito da crise (e da seca de 1998 no Nordeste) sobre os mais pobres).

A crise brasileira de desvalorização de 1999 gerou importantes mudanças na macroeconomia e nas políticas sociais que podem ser observadas até hoje, tais como: i) adoção do câmbio flutuante; ii) adoção de metas de inflação; iii) implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), limitando todos os níveis de governo e estatais igualmente³; iv) na frente social, observamos uma mudança na renda das políticas sociais com progressivos ajustes nos benefícios desde 1998; e v) expansão e de programas focalizados de transferência de renda condicionada, como Bolsa-Escola entre outros programas. Um dos pontos ressaltados aqui é a continuidade desses regimes de política econômica e mesmo social pela nova administração federal a partir de 2003.

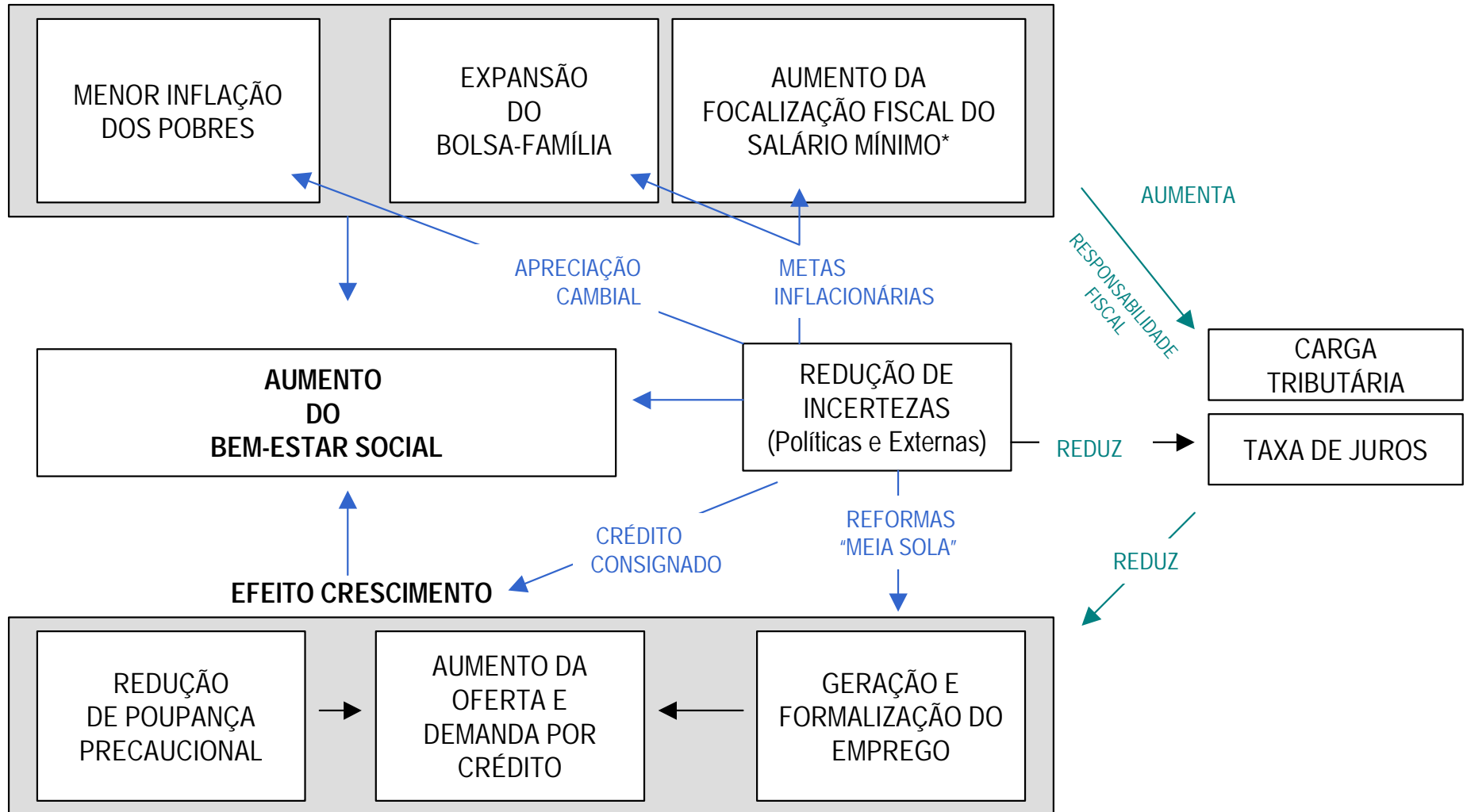
³ A Lei de Responsabilidade Fiscal representa um marco no regime de financiamento público nos diferentes níveis de estado. Esta lei, constitui um elemento chave na realização do ajuste fiscal através da restrição dos gastos públicos no orçamento aprovado para o ano em questão.

Em 2000, o mercado de trabalho teve uma breve recuperação. Neste período, ao contrário do acontecido no início do crescimento do Plano Real, a desvalorização cambial favoreceu os setores de exportações e as taxas de emprego formal começaram a crescer. Em abril de 2001, uma nova crise rapidamente liquidou o crescimento do PIB, esperado em 4%. Esta crise foi resultado de três choques diferentes: o racionamento de energia elétrica, o colapso econômico da Argentina e a recessão americana. Em 2002, foi possível observar uma queda nas taxas de pobreza apesar da instabilidade macroeconômica, talvez provocando medo de mudanças na política macroeconômica.

6.3 A Segunda Lua de Mel (2003-2005)

Como dissemos a partir da superação da recessão de 2003, o Brasil vive um período de redução de pobreza similar em magnitude ao observado após a implementação do Plano Real. Apresentamos a seguir uma visão esquemática dos principais efeitos de redução de pobreza e de aumento de bem estar social, observados no período recente.

EFEITOS DISTRIBUTIVOS

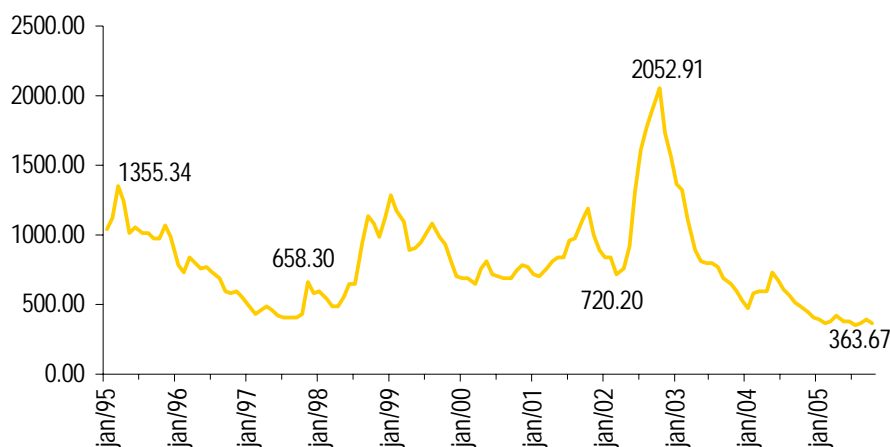


* com perda de efetividade trabalhista

A nova administração iniciou no que denominaram de um choque de confiança nos mercados, logo no começo de 2003, principalmente ao manter os três principais pilares do regime macroeconômico, recorrendo novamente às altas taxas de juro real. O lançamento do Programa Fome Zero no começo do novo governo significou uma ruptura inicial nas políticas de transferência de renda que foram gradualmente sendo implementadas. Os resultados do que pode ser percebido como um desajuste das políticas sociais, combinadas com os custos sociais de um ajuste macroeconômico, resultaram na estagnação em 2003 e no aumento da pobreza.

A análise da diminuição da instabilidade de renda em ambos episódios ocupa lugar de destaque na análise atual⁴. Argumentamos aqui pela existência de efeitos de redução de incertezas no período 2003-2005, embora de natureza diferente do caso da estabilização. A última esteve associada à redução de incertezas críticas associadas à transição rápida e persistente da alta inflação⁵ para a baixa inflação. No caso recente observamos o efeito do que foi denominado no começo do governo Lula de “choque de confiança”, algo que a chamada “Carta aos Brasileiros” procurou sinalizar antes das eleições de 2002. No fundo o grande plano econômico de Lula é que ele não tinha plano. Diversos indicadores que captam risco como a taxa de câmbio e o chamado risco-Brasil medido pelo spread do C-Bond sinalizavam.

Spread do C-Bond - Mensal



Varição da Taxa de Câmbio R\$/US\$

Acumulada

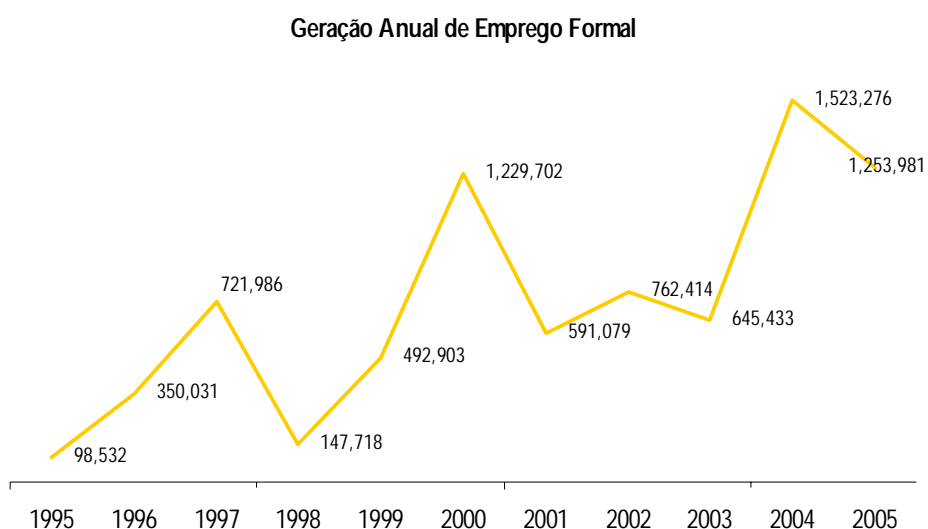
⁴ Em outras palavras, além dos canais reais inflação também afeta a mensuração da desigualdade de maneira espúria. Ou seja, não é apenas causalidade que explica a coincidência entre picos de inflação e desigualdade, que aconteceram no Brasil em 1989 e 1994, mas erros de mensuração. Adicionalmente como as rendas nominais são recebidas em diferentes momentos, e isto exigiria deflacionamento com timing diferenciado dos diferentes tipos de rendas (ver Neri (1995) a respeito).

⁵ Tecnicamente próxima da definição clássica de Cagan taxas mensais acima de 50% por pelo menos seis meses. A inflação dos seis meses pré-real foi na média de % ao mês, com relativa Constancia, ao contrário das hiperinflações clássicas europeias dos anos 20 de natureza mais explosiva.

| | |
|-----------|------------|
| 2005/2003 | -28.96% |
| 1995/1993 | 245247.41% |
| 2003/1995 | 78.34% |
| 2005/1993 | 310763.18% |

Fonte: Bacen

A queda destes indicadores ligados ao risco percebido pelos mercados financeiros, não foi à única a ser observada o aumento do emprego formal do período 2004-05 é uma das principais características do período e pode ser percebida como melhora do risco percebido pelo empresariado⁶. Como existe custo de demissão o empresário apenas expansões percebidas como mais sustentáveis se traduzem em contratações formais. Uma das principais peças do “quebra-cabeças” associado às mudanças sociais recentes foi duplicação do número empregos formais de 600 mil entre 2001-03 para 1.2 milhões entre 2004-06., conforme o gráfico abaixo ilustra.



Fonte: CPS/FGV a partir do dados do Caged

Outros indicadores sensíveis a risco de natureza diversa que vão desde o aumento do crédito pessoal do período até o aumento do número de casamentos formais de 8% em 2004. Embora nestes casos ver os determinantes institucionais destas mudanças. O efeito da redução abrupta de risco em modelos de

⁶

poupança precaucional é o de gerar um salto de uma vez por todas nas séries de consumo com menor taxa de crescimento posterior.

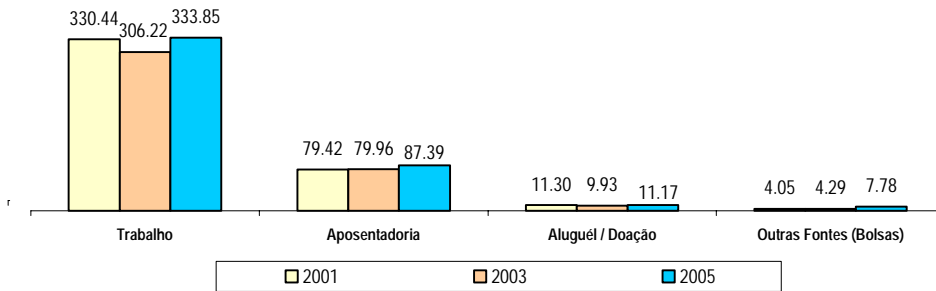
Em outubro de 2003, o governo adotou o Bolsa-Família, que seguia a mesma linha dos programas sociais de governos anteriores, expandindo o número de beneficiários e o tamanho médio do benefício e diversas melhorias como: promove o aumento dos benefícios aos mais pobres; também tenta integrar os diferentes programas, unificando no sistema o registro do beneficiário, e promove maior transparência e credibilidade para a sociedade. Em 2004, a economia brasileira apresentou boas melhoras, com o PIB crescendo a 4.5 % e a pobreza caindo. É importante notar que apesar da instabilidade no crescimento do PIB no período de 2001-2004, a desigualdade caiu durante todo o período, principalmente entre 2003 e 2004.

Na frente social, o salário-mínimo cresceu 75% em termos reais no início de 1995 a 2004 – e 94% até 2006. Incluindo o aumento de quase 10% real em 2005. O salário-mínimo também é o numerário de várias políticas de transferência de renda, indexando benefícios e critérios de elegibilidade, particularmente na previdência social. Em 1995, as despesas com programas sociais já chegavam a 50% do gasto social brasileiro e 11% do PIB. Em 1998, houve mudança nos programas sociais de renda com progressivos ajustes dos benefícios, mas que não foi especialmente notado, já que não exigiu nenhuma reforma ou mudança constitucional. A partir de 2000, com a criação do Fundo de Erradicação da Pobreza, houve uma gradual adoção dos programas, proveniente do governo central para os municípios que apresentavam os menores níveis de Índice de Desenvolvimento Humano. A expansão de programas focalizados de transferências de renda condicionada, como o Bolsa- escola, e agora o Bolsa Família, ajudaram a combinar componentes compensatórios e estruturais. A disponibilidade e expansão das redes de proteção social a partir de 2000 geraram um impacto pró-pobre em muitas instâncias. Os impactos sociais da nova geração de políticas de renda não foram inteiramente avaliados porque mudanças nos benefícios dos programas sociais passados e a difusão das metas dos programas de renda foram graduais e relativamente recentes.

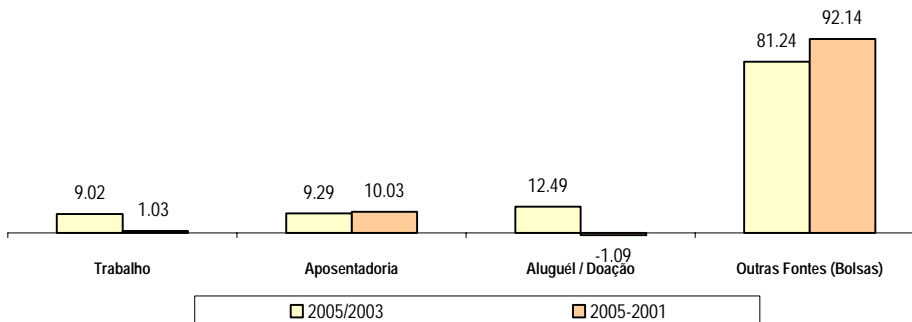
A participação de diferentes fontes de renda no total domiciliar per capita, durante o segundo real, onde já é possível notar algumas mudanças. Mesmo com aumentos reais de 9,02%, a remuneração proveniente do trabalho perde um pouco de participação no total. Em contrapartida, o Efeito Bolsa-Família fica claro nos ganhos de renda do período, já que as rendas provenientes de bolsas passam a representar, em 2005, 1,77% da renda per capita total dos brasileiros (era 0,95% em 2001). Apresentam variação real de 92,14%, sendo 81,24% nos últimos três anos (quando a renda passa de R\$ 4,29 em 2003 para R\$ 7,78 em 2005). Por

último, a previdência mantém os 19% de participação na renda total, com acréscimos de 10% da renda, no período.

Média por Tipos de Renda - Brasil



Varição (%) por Tipos de Renda - Brasil



É preciso ter em mente que adoção e expansão de um novo regime de políticas de renda – sem acabar com o antigo regime – baseado na expansão das novas metas dos programas de transferência de renda financiados pelo governo federal leva a uma expansão das despesas públicas levando ao o pesado incremento da carga tributária em 10 pontos percentuais do PIB a partir de 1995, alcançando cerca de 38% no final de 2005 e altas taxas de juros real e contribuíram para o aumento da dívida pública brasileiro, a mais da metade do PIB.

7. Quão geral são os resultados?

Média

A comparação de dados de crescimento de renda domiciliar per capita gerados a partir da PNAD e do PIB Per Capita apresentam fortes discrepâncias em suas taxas de crescimento em diversos períodos, com especial ênfase aqueles de maior interessa aqui como de 1994 e 1995, sendo o primeiro captado por interpolação. Mas o que nos interessa mais é o último biênio e em particular em 2005. Neste ano tivemos uma crescimento do PIB per capita comparável ao do Haiti (0.83%) enquanto o de renda domiciliar per capita da PNAD foi de 6.6%, mais próximo ao de países realmente emergentes como a Índia.

| Taxa de Crescimento | | |
|----------------------------|-------------------|----------------|
| | Renda | PIB per |
| | Domiciliar | Capita |
| | per Capita | Capita |
| 1993 | 5.34% | 3.26% |
| 1994 | 12.38% | 4.20% |
| 1995 | 11.02% | 2.62% |
| 1996 | 1.59% | 1.10% |
| 1997 | 0.82% | 1.72% |
| 1998 | 1.59% | -1.36% |
| 1999 | -5.66% | -0.71% |
| 2000 | 0.99% | 2.82% |
| 2001 | 0.98% | -0.17% |
| 2002 | 0.30% | 0.45% |
| 2003 | -5.81% | -0.91% |
| 2004 | 3.14% | 3.43% |
| 2005 | 6.63% | 0.83% |

Fonte: CPS/FGV - PNAD/IBGE e Contas Nacionais

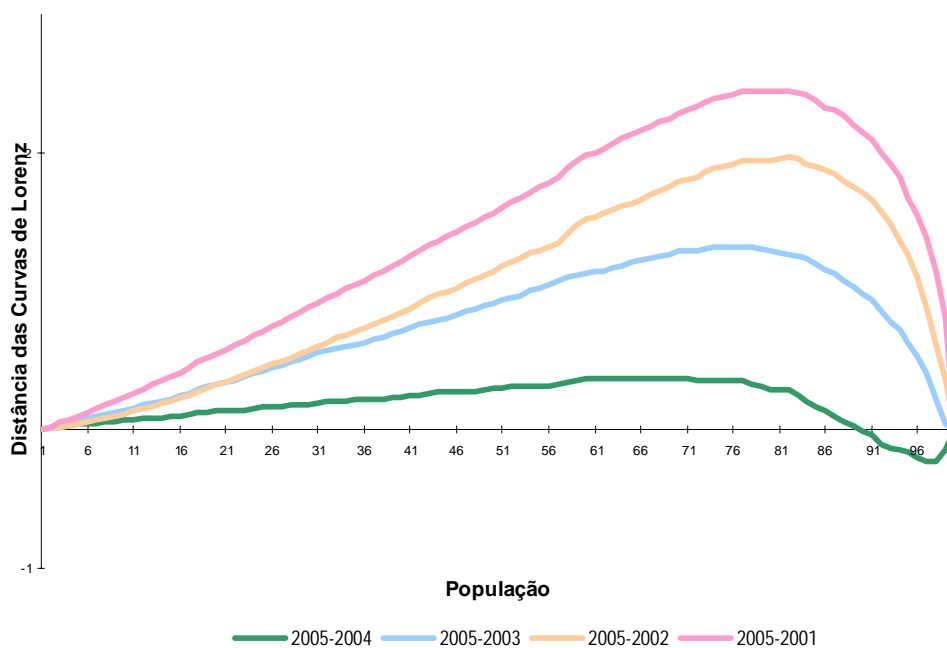
Desigualdade

Cabe testar a robustez dos resultados qualitativos quanto às mudanças observadas. Será que os movimentos dos indicadores sociais aqui reportados são válidos para outras especificações baseadas na PNAD? Por exemplo outras linhas e indicadores de pobreza e outros indicadores de desigualdade? No que tange ao último aspecto, apesar da modesta melhora reportada entre 2004 e 2005 de alguns indicadores de desigualdade vistos como o Gini e o Theil, a razão da parcela apropriada pelos 10% mais ricos sobre a parcela dos 20% mais pobres ou em relação aos 50% mais pobres, a distribuição de renda per capita de 2005 não é necessariamente mais igualitária que a de 2004. Fizemos a comparação da parcela da renda acumulada por cada centésimo de distribuição, e observamos que houve cruzamento das curvas de Lorenz entre 2004 e 2005 a partir do décimo superior. Este resultado evidencia a não ocorrência de dominância de Lorenz. Em outras palavras, a queda de alguns indicadores de desigualdade não é válida para todos os indicadores de desigualdade razoáveis passíveis de serem utilizados. Ou seja, neste caso a hipótese que houve redução de desigualdade não é sempre válida tomando com base medidas que respeitam o princípio das transferências de Pigou-Dalton. Este princípio

nos diz que ao se transferir mais renda de uma pessoa com mais renda para uma pessoa com menos renda, sem inverter a posição relativa destes dois indivíduos no ranking, a medida de desigualdade deve cair. Agora, a distribuição de renda familiar per capita de 2005 domina no sentido de Lorenz a distribuição de 2003, impulsionada pela marcada redução de desigualdade de 2004.

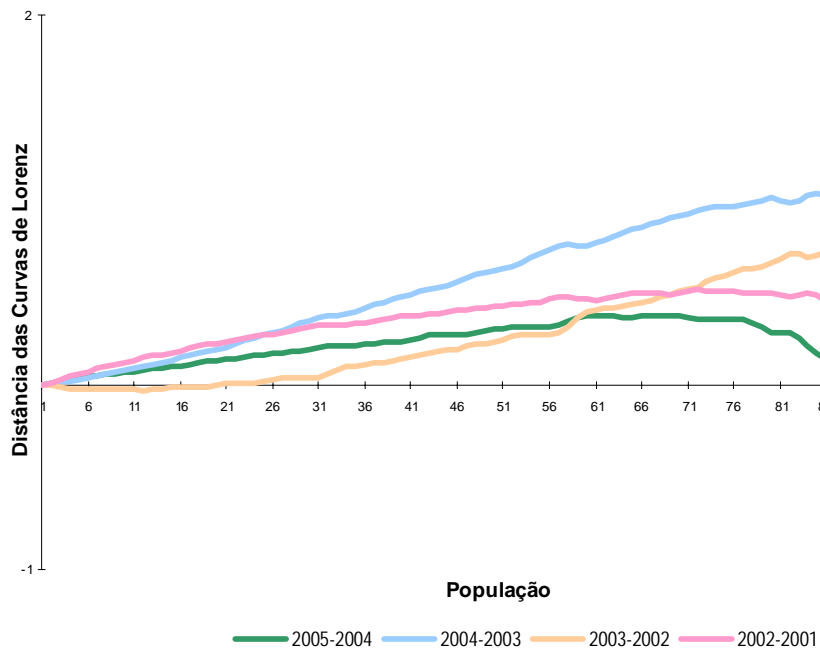
Resultados qualitativamente similares são obtidos para a comparação de desigualdade de renda entre 2005 e 2002 além da comparação entre 2005 e 2001. Na verdade, a diferença as áreas das curvas tende a aumentar a medida que caminhamos em direção ao começo da década mas o maior deslocamento de massa das distribuições se deu entre 2004 e 2003.

Distância Acumuladas das Curvas de Lorenz em Relação a 2005 - Renda Domiciliar Per Capita



O gráfico abaixo apresenta uma comparação entre anos consecutivos da curva de Lorenz da presente década. A curva da distância entre 2004-05 já citada é a única a cruzar o eixo das abcissas o que indica a inexistência de dominância de Lorenz. A distancia da curva de Lorenz de 2004 em relação a de 2003 é a que pesar da curva

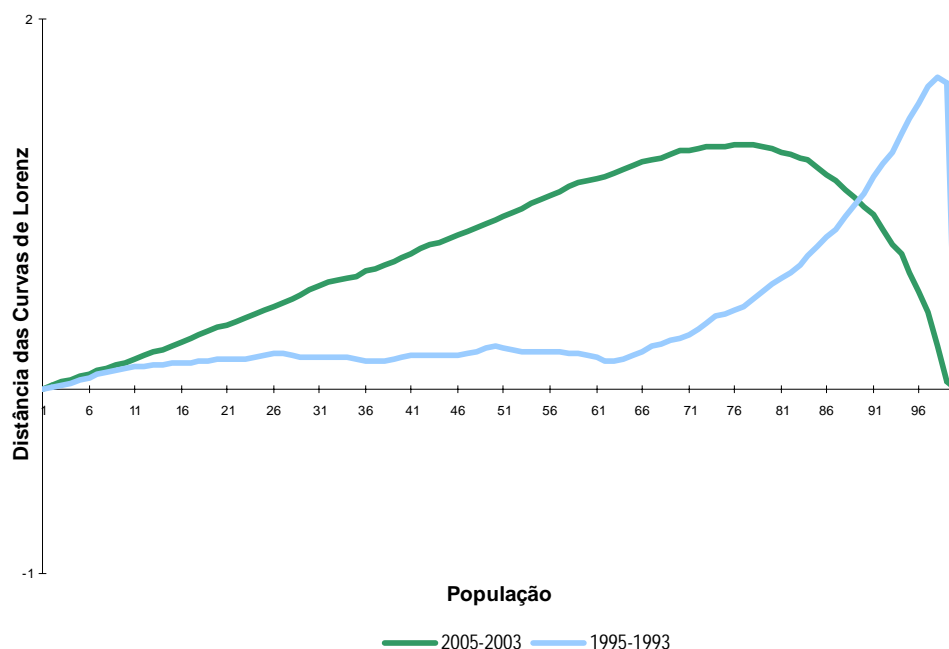
Distância das Curvas de Lorenz - Ano a Ano - Renda Domiciliar Per Capita -



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

A comparação que nos interessa mais é aquela das distancias entre as curvas de Lorenz de 1995-1993 e 2005-2003, respectivamente. O gráfico mostra que o maior deslocamento se deu no segundo período.

Distância das Curvas de Lorenz - Renda Domiciliar Per Capita - 2005-2003 e 1995-1993



Miséria

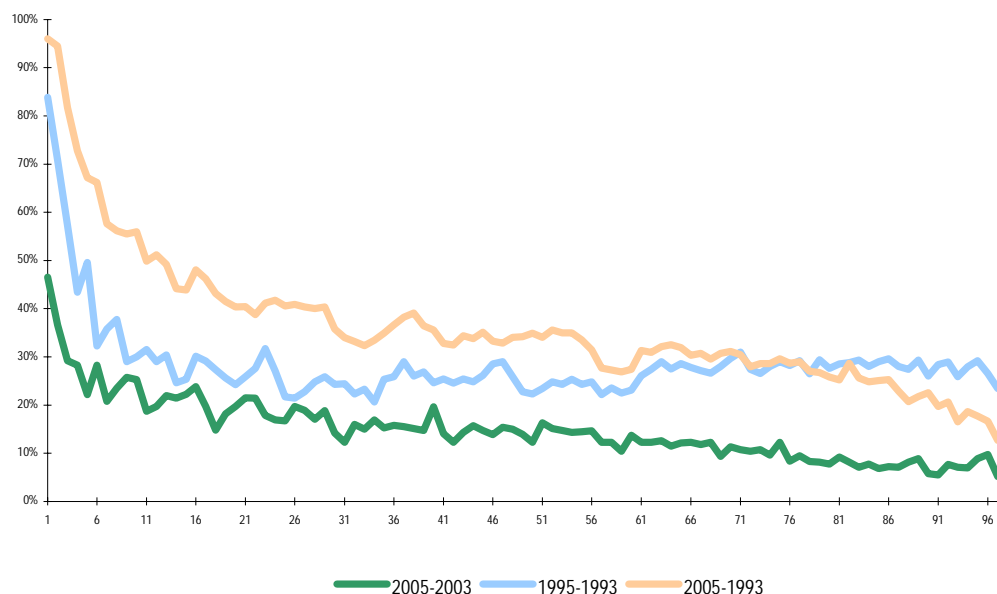
Distribuição Cumulativa de Renda

Apesar de estarmos usando uma linha específica de miséria e estarmos enfatizando as mudanças de um indicador específico a proporção dos pobres (P0), pois precisamos de um número de preferência simples para vocalizar os resultados, a redução de miséria ocorrida é resultado robusto para os dois períodos analisados. Isto quer dizer que para qualquer linha de pobreza e qualquer tipo de indicador de pobreza⁷ utilizado. A distribuição de 2005 domina a de 2003, o que também vale para o período 1995-1993. Ou seja, podemos dizer de maneira geral – e não específica - que a pobreza caiu nos dois reais.

O gráfico a seguir sintetiza os ganhos de renda real acumuladas por cada centésimo da população, através da distância entre as distribuições cumulativas de renda, ou seja, variação é maior que um para cada grupo.

⁷ Por exemplo, toda a família de indicadores da família FGT tais como a proporção de pobres (P0), o Hiato de Pobreza (P1) e o Hiato Quadrático de Pobreza (P2). Cabe lembrar que nesta análise de dominância não estamos fazendo a deflação espacial, vide apêndice.

Varição da Renda Domiciliar Per Capita Acumulada

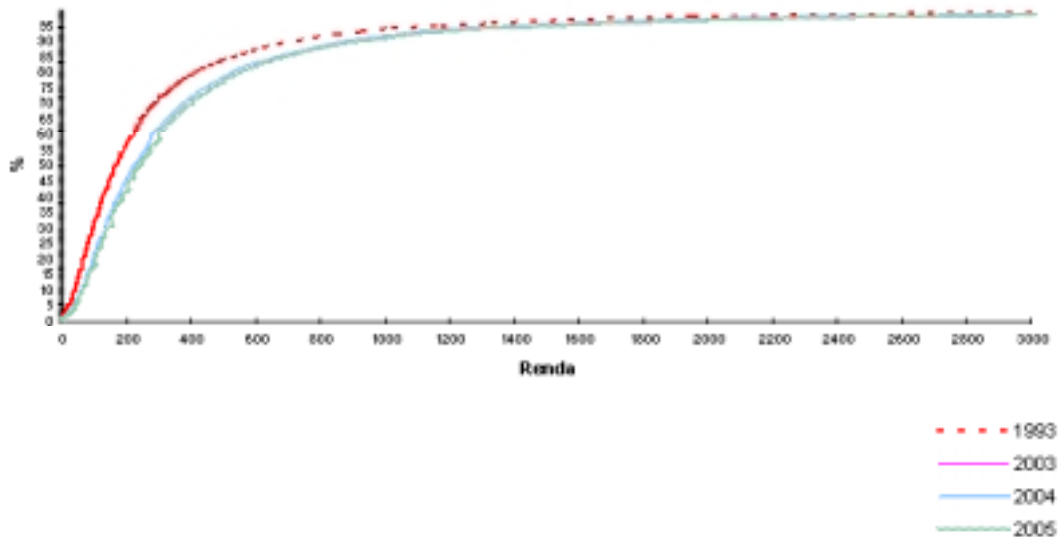


Fonte: CPS/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

Apesar de estarmos usando uma linha específica de miséria e estarmos enfatizando as mudanças de um indicador específico a proporção dos pobres (P0), pois precisamos de um número de preferência simples para vocalizar os resultados, a redução de miséria ocorrida é resultado robusto para 2004. Isto quer dizer que para qualquer linha de pobreza e qualquer tipo de indicador de pobreza⁸ utilizado. Pois a distribuição de 2004 domina a de 2003, vale lembrar que esta é dominada pela de 2002. Ou seja, podemos dizer de maneira geral – e não específica - que a pobreza aumentou em 2003, caiu em 2004 e em 2005, no computo geral do biênio a miséria caiu no governo Lula e em particular no período 2003 a 2005⁹.

⁸ Por exemplo, toda a família de indicadores da família FGT tais como a proporção de pobres (P0), o Hiato de Pobreza (P1) e o Hiato Quadrático de Pobreza (P2). Cabe lembrar que nesta análise de dominância não estamos fazendo a deflação espacial, vide apêndice.

⁹ A mesma dominância de pobreza ocorre no período 2001 e 2002 e conseqüentemente no período 2001 a 2004. Os resultados da PNAD de 2002, receberam à época de sua divulgação em 2003 e depois, pouca atenção. A queda da miséria e o aumento de emprego (postos de trabalho) gerado são algumas das conquistas observadas ao apagar das luzes do Governo Fernando Henrique.



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Seguindo a tradição da literatura de bem-estar social, como no caso de pobreza - enfatizamos neste trabalho o uso de medidas de média e de desigualdade baseados em renda domiciliar per capita por apresentar uma medida mais abrangente de desempenho social. A idéia é agregar a análise de elementos isolados relativos ao desemprego, informalidade, renda do trabalho, ao efeito de transferências realizadas pelo estado a título de pensões, aposentadorias e programas sociais e advindos da transferência de recursos privados entre pessoas físicas ou jurídicas, ou ainda entre a mesma pessoa ao longo do tempo. Em particular, acreditamos que a análise do rendimento de trabalho de pessoas ocupadas com rendimento que sobe entre 2003 e 2005 de R\$ 733 a R\$ 804, deixa de fora o ganho proporcionado pelo aumento de 2,7 milhões de postos de trabalho. Sem dúvida a passagem de uma situação de renda zero representa ganho de poder de compra que deve de alguma forma ser incorporada à análise.

Mesmo quando ampliamos o conceito para renda domiciliar de todas as fontes incluindo apenas os domicílios com rendimento, incorremos num tipo de exclusão que preferimos evitar aqui. Quando trabalhamos com todos os domicílios inclusive os sem rendimento, incorporamos os mais pobres dos pobres, aqueles aliados da chamada economia monetária corrente. Como a parcela de domicílios sem rendimento caiu de 1,5% para 1,1% entre as duas últimas PNADs, esta queda de 27% da proporção sem rendimento, reforça o efeito aumento do bolo e redutor de desigualdade. No caso do índice de Gini

quando incorporamos o efeito das rendas zero a queda de desigualdade de renda domiciliar total é amplificada de 1,8% para 2,1% - ou seja 16% maior¹⁰.

8. Cenários Futuros de Miséria

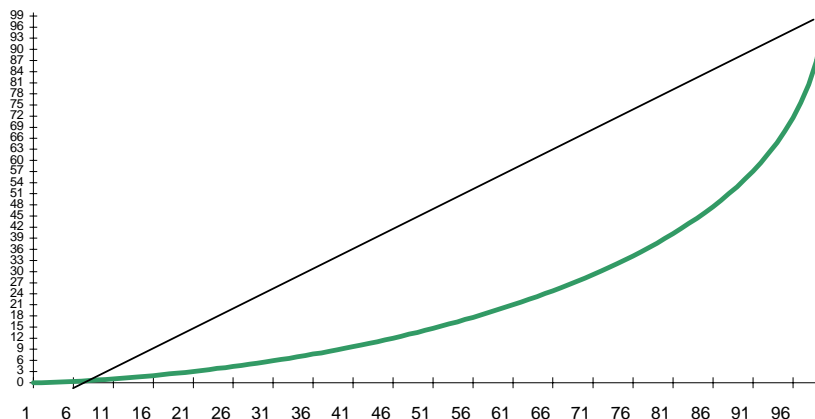
Reduzir a desigualdade num contexto de crescimento econômico parece mais factível do que em períodos de recessão, quando perdas estavam sendo repartidas.

A desigualdade de renda brasileira está entre as maiores do mundo. Tomemos a medida de desigualdade mais usual entre os analistas: o índice de Gini, que varia entre zero e um. Quanto maior o resultado, mais desigual é a sociedade. Numa situação utópica, onde a renda de todos fosse exatamente igual, o índice de Gini seria zero. No extremo oposto, se um único indivíduo concentrasse toda a renda da sociedade, ou seja, todos os demais teriam renda zero, o índice de Gini seria um. Para entender a inaceitável extensão do 0,568 correspondente ao nosso Gini não precisa ser gênio: estamos mais próximos da perfeita iniquidade do que da perfeita igualdade.

Apresentamos abaixo a curva de Lorenz Brasileira em 2005. O grau de desigualdade pode ser captado pelo tamanho da barriga da Curva de Lorenz,, isto é, a área entre a curva e a reta de 45 graus. O índice de Gini capta o que corresponde graficamente à razão entre a barriga da curva de Lorenz e a área do triângulo inferior do gráfico

¹⁰ Este cálculo é feito por intermédio do conceito do dual do indicador de desigualdade. Complementarmente, o computo de renda domiciliar per capita leva em conta o peso dado aos mais pobres que possuem famílias, em geral, maiores.

Curva de Lorenz - Brasil 2005 Desigualdade de Renda Familiar Per Capita



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Senão vejamos: se a sociedade fosse totalmente igualitária, isto é, ordenando dos mais pobres para os mais ricos a participação acumulada dos indivíduos na população crescesse *pari-passu* com a participação das suas respectivas rendas no total, estaríamos exatamente sobre a reta de 45 graus. Neste caso a medida de desigualdade conforme o índice de Gini seria zero. No outro caso polar, de uma sociedade totalmente desigual, onde apenas um indivíduo detém toda renda da economia (e os demais possuem renda zero) estaríamos caminhando sobre as laterais do triângulo da curva de Lorenz. Neste caso o índice de Gini seria unitário.

Se, por um lado, a alta desigualdade é a nossa principal chaga, esta mesma desigualdade abre espaço para implementação de um espectro mais amplo de ações contra a miséria. Alta desigualdade significa que a pobreza pode ser reduzida através de transferências de renda. Por exemplo, na Índia, país muito pobre mas razoavelmente igualitário (Gini de 0,29) não existe solução para a erradicação da miséria que não seja o crescimento. No caso brasileiro políticas contra a desigualdade constituem um importante aliado na redução da pobreza. Vejamos alguns cenários.

A proporção de miseráveis no Brasil (indivíduos que vivem com menos de R\$121 por mês a preços da Grande São Paulo em Outubro de 2005, quantia necessária para suprir as suas necessidades alimentares básicas) cairá dos 22,77% de 2005 para 21,94% em 2006, uma queda de 3,62%, se a renda *per capita* nacional crescer 3% no ano.

Cenários Sobre a Miséria

| | Renda Domiciliar Per Capita | % Miseráveis | Varição |
|-------------------------------------|-----------------------------------|--------------|---------|
| Brasil 2005 | 437.44 | 22.77 | |
| Efeito Crescimento* | | | |
| 3% | 450.56 | 21.94 | -3.62% |
| 12% | 489.93 | 19.74 | -13.28% |
| Efeito Desigualdade (RJ) ** | | | |
| <i>taxa de crescimento*</i> | | | |
| 0% | 437.44 | 21.82 | -4.18% |
| 3% | 450.56 | 20.85 | -8.44% |
| 12% | 489.93 | 18.23 | -19.94% |
| Efeito Desigualdade (BA) *** | | | |
| <i>taxa de crescimento*</i> | | | |
| 0% | 437.44 | 18.14 | -20.33% |
| 3% | 450.56 | 17.40 | -23.58% |
| 12% | 489.93 | 15.01 | -34.05% |

Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

* Crescimento da renda per capita

** Trocamos a desigualdade do Brasil pela desigualdade do Rio de Janeiro no ano 2004 (Gini cai de 0,568 para 0,561)

*** Trocamos a desigualdade do Brasil pela desigualdade da Bahia no ano 2004 (Gini cai de 0,568 para 0,548)

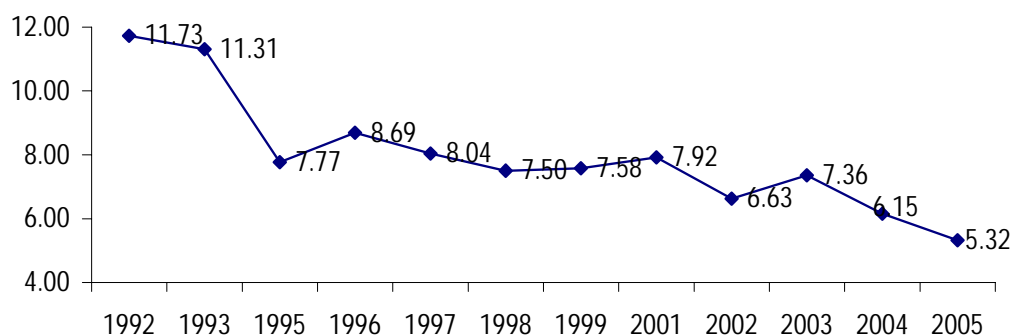
A redução seria ainda maior se esse crescimento viesse de mãos dadas com alguma redução da desigualdade. Se a expansão 3% fosse combinada com uma queda de 0,007 ponto de porcentagem do índice de Gini (de 0,568 para 0,561) que corresponde grosso modo à queda observada entre 2002 e 2003, a miséria brasileira cairia cerca de 8,44%. A proporção de miseráveis passaria para 20,85%. Ou seja: os 41 milhões de pobres iniciais se reduziriam em 3,5 milhões. Vale assinalar que a queda mencionada apenas levaria a desigualdade brasileira medida pelo índice de Gini de 0,568 para os níveis de 0,561 encontrado no estado do Rio de Janeiro.

Na verdade, a pobreza poderia ainda recuar substantivamente mesmo se o país deixasse de crescer. Se nos próximos quatro anos a desigualdade brasileira repetir a trajetória dos últimos três anos (Queda de 0,02 no Gini) a proporção de miseráveis cairia em 20,33% contra 13,28% daquela obtida no cenário de crescimento puro (2,9% ao ano).

9. Cumprimento das Metas do Milênio

Além da linha adotada pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas optamos também por apresentar o monitoramento da miséria através da linha adotada na primeira Meta do Milênio, de redução da extrema pobreza a metade entre 1990 e 2015. O valor desta linha é de 1 U\$S por dia ajustado por diferenças de custo de vida entre países e no interior do Brasil (usamos também neste caso o deflacionamento dado pela POF 2003). Em 2005, a extrema pobreza também atinge seu nível mais baixo: 5,32% da população brasileira com renda domiciliar per capita inferior a esse valor. No gráfico a seguir apresentamos a série anual desses indicadores com trajetória similar a apresentada pela outra

**Pobreza Extrema US\$ 1 PPP
Brasil**

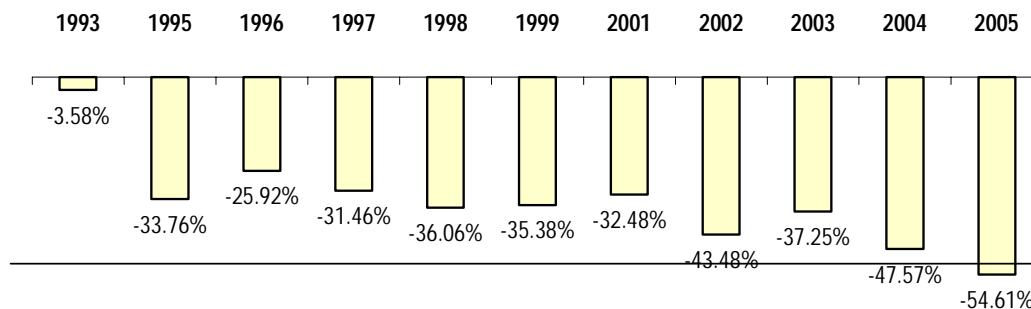


linha.

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Os dados revelam o cumprimento da primeira meta em metade do tempo previsto (de 25 anos), ou entre 13 anos, contados a partir de 1992 dada à consistência metodológica dos questionários da PNAD e não do marco zero das metas em 1990. Tomando como base 1992, a redução acumulada de miséria até 2005 atinge 54,6%. Em 3 anos (1992-1995) já se podia notar redução de 33,76% mas em 10 anos (1992-2002), isto aumenta apenas para 43% da miséria total. O último boom levou acima do cumprimento da

**Varição Acumulada da Pobreza Extrema
em Relação às Metas do Milênio - Brasil**



meta do milênio com queda acumulada de 54.6%. Ou seja, a meia vida da extrema miséria do Brasil que deveria ser de 25 anos pelos acordos internacionais acabou sendo aproximadamente a metade disso. O gráfico abaixo mostra a trajetória acumulada de redução ano a ano.

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

¹¹ Tecnicamente próxima da definição clássica de Cagan taxas mensais acima de 50% por pelo menos seis meses. A inflação dos seis meses pré-real foi na média de % ao mês, com relativa constancia, ao contrário das hiperinflações clássicas europeias dos anos 20 de natureza mais explosiva.

¹² Como existe custo de demissão o empresário apenas expansões percebidas como mais sustentáveis se traduzem em contratações formais. Uma das principais peças do "quebra-cabeças" associado às mudanças sociais recentes foi duplicação do número empregos formais de 600 mil entre 2001-03 para 1.2 milhões entre 2004-06.

10. Referencias

- Almeida, M.H.T. (1995) "Federalismo e políticas sociais," In: Affonso, R. de B.A. & Silva, P.L.B. eds Descentralização e políticas Sociais. São Paulo, Fundap. (Federalismo no Brasil), Brazil.
- Arretche, M.T.S. (1996) "Mitos da descentralização: mais Democracia e eficiência nas políticas públicas". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, No 31 Ano 11 junho.
- Bacha, E. and Taylor, L. (1978) Brazilian income distribution in the sixties: "facts", model results and controversy, *Journal of Development Economics*, n.3
- Barros, R.(2005) Transferir renda é a receita que deu certo, Estado de São Paulo, dezembro.
- Barros, R., and Mendonça R. (1992). "A evolução do bem-estar e da desigualdade no Brasil desde 1960". Rio de Janeiro: IPEA . Texto para Discussão, 286, Brazil.
- Barros, R., and Foguel M. (2000) "Focalização dos Gastos Públicos Sociais e Erradicação da Pobreza no Brasil." In Henriques, R ed., *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, Brazil
- Bonelli, R. and Sedlacek, G. L. (1989) "Distribuição de Renda: evolução no último quarto de século", in Sedlacek, G. L. and R. Paes de Barros, *Mercado de Trabalho e Distribuição de Renda: Uma Coletânea*, Série Monográfica 35, IPEA: Rio de Janeiro, Brazil.
- Bourguignon, F., Ferreira F., Leite P. (2003). "Ex-Ante Evaluation of Conditional Cash Transfer Programs: the Case of Bolsa Escola." In Bourguignon, F. and Silva L. (eds). *Evaluating the Poverty and Distributional Impact of Economic Policies (Techniques and Tools)*, World Bank.
- Cardoso, E., Barros, R. and Urani, A. (1995) "Inflation and Unemployment as Determinants of Inequality in Brazil: the 1980s", Chapter 5 in Dornbusch, R. and Edwards, S. (eds): *Reform, Recovery and Growth: Latin America and the Middle-East*, University of Chicago Press for the NBER: Chicago.
- Coady, D. and E. Skoufias. (2004) "On the Targeting and Redistributive Efficiencies of Alternative Transfer Instruments." *Review of Income and Wealth* 50(1): 11-27.
- Delgado, G. and Cardoso, J. (2000) "A Universalização de Direitos Sociais no Brasil: a Previdência Rural nos Anos 90", IPEA working paper: Brasília, Brazil.

Fernandes, M.A. et alli (1997) "Dimensionamento e Acompanhamento do Gasto Social Federal". Texto para Discussão, nº 547, IPEA, Brasília, Brazil.

Fernandes, M.A. et alli (1998) "Gasto Social Consolidado". Brasília, mimeo, IPEA.

Ferreira, F. and Barros, R. (1999) "The Slippery Slope: Explaining the Increase in Extreme Poverty in Urban Brazil, 1976-1996", *Brazilian Review of Econometrics* 19 (2), 211-296: Brazil.

Ferreira, F., Leite, P. and Litchfield, J. (2006) "The Rise and Fall of Brazilian Inequality: 1981-2004", Mimeo, World Bank: Washington, D.C.

Ferreira, F., Lanjouw, P. and Neri, M. (2003) "A Robust Poverty Profile for Brazil using Multiple Data Sources", *Revista Brasileira de Economia* 57 (1), 59-92: Brazil.

Gasparini, L. (2003) "Different Lives: Inequality in Latin America and the Caribbean", Mimeo, Inequality and the State in Latin America and the Caribbean World Bank LAC Flagship Report 2003, World Bank: Washington, D.C.

Hoffman, R., (1989) "A evolução da distribuição de renda no Brasil, entre pessoas e entre famílias", 1979/86. In Sedlacek, G., and Barros R. Mercado de trabalho e distribuição de renda: uma coletânea. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, Brazil.

Hoffmann, R. (2005) "As transferências não são a causa principal da redução da desigualdade", *Econômica* 7, no.2, 335-341: Rio de Janeiro, Brazil.

Kakwani, N. and Pernia, E. (2000) "What is Pro-poor Growth", *Asian Development Review*, Vol. 16, no.1, 1-22

Langoni, C. (2005) Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil, Fundação Getulio Vargas: Rio de Janeiro, Brazil.

Lindert, K., Skoufias, E. and Shapiro, J. (20005) "Redistributing Income to the Poor and the Rich: Public Transfers in Latin America and the Caribbean", World Bank: Washington D.C.

Neri, M. (1998) "Análise de Sensibilidade da Relação Custo Fiscal/Benefício Social de Modalidades de Reajuste dos Benefícios Previdenciários", Boletim Conjuntural, nº 42, IPEA, Rio de Janeiro, Brazil.

Neri, M. (2001) "Aspectos Fiscais e Sociais de Modalidades Alternativas de Reajuste de Aposentadorias e Pensões Públicas", in Coleção Previdência Social: Previdência, Assistência Social e Combate à Pobreza / Série Debates, Vol. 03, pp. 113 à 121, Brasília.

Neri, M., Considera C. E Pinto (1996) "Crescimento, Desigualdade e Pobreza: O Impacto da Estabilização", in Economia Brasileira em Perspectiva 1996. Rio de Janeiro:IPEA, v.1, p.49-82, 1996, Brazil.

Neri, M. (2000) "Diferentes Histórias em Diferentes Cidades", in Reis Velloso, J.P. and Cavalcanti, R., eds. (2001) Soluções para a Questão do Emprego , Rio de Janeiro: José Olimpio.

Neri, M., Camargo, J. (2001) "Distributive Effects of Brazilian Structural Reforms", in Baumann, R., eds. (2001), Brazil in the 1990s: A Decade in Transition, Palgrave - Macmillan's Global Academic Publishing, UK.

Neri, M.C. (1999) Brazil, in Gasto Público en Servicios Sociales Básicos en América Latina y el Caribe: Análisis desde la perspectiva de la Iniciativa 20/20 in Ganuza, E., Leon A., Sauma P., eds, PNUD, CEPAL (Nações Unidas) e UNICEF, Santiago, Chile, October.

Neri, M. (2005) Miséria em Queda: Mensuração, Monitoramento e Metas, Getulio Vargas Foundation: Rio de Janeiro, Brazil.

Ramos, L. (1993) "A Distribuição de Rendimentos no Brasil: 1976/85", IPEA, Rio de Janeiro, Brazil, 135 p.

Ramos, L., Brito, M. (2003) "O Funcionamento do mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período 1991-2002: tendências, fatos estilizados e mudanças estruturais". Boletim Mercado de Trabalho, Conjuntura e Análise, Rio de Janeiro, IPEA, nº 22, p. 31-47, November.

Rocha, S. (1993) "Poverty Li", mimeo IPEA working paper: Rio de Janeiro, Brazil".Evidence", mimeo IPEA working paper: Rio de Janeiro, Brazil.

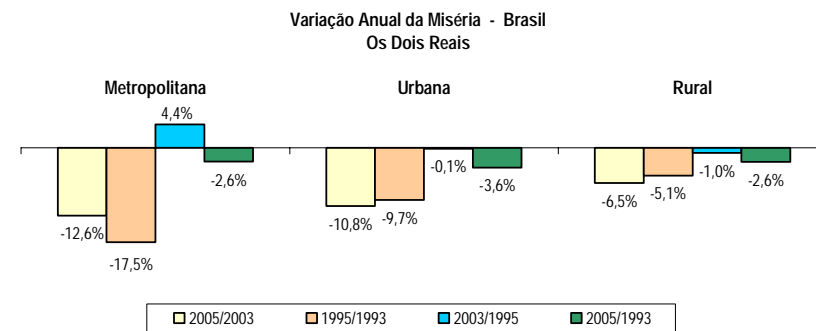
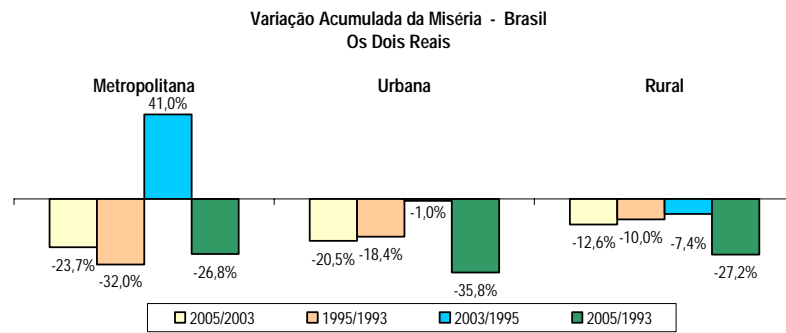
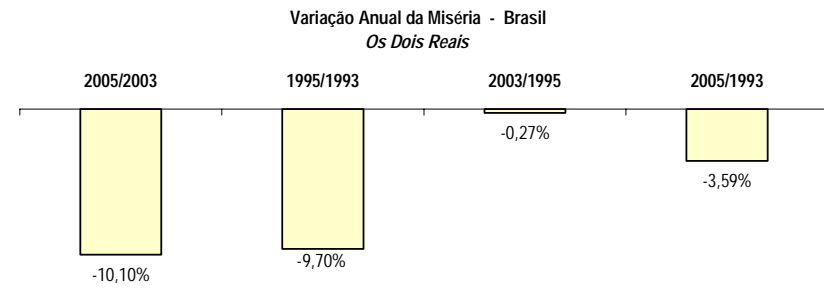
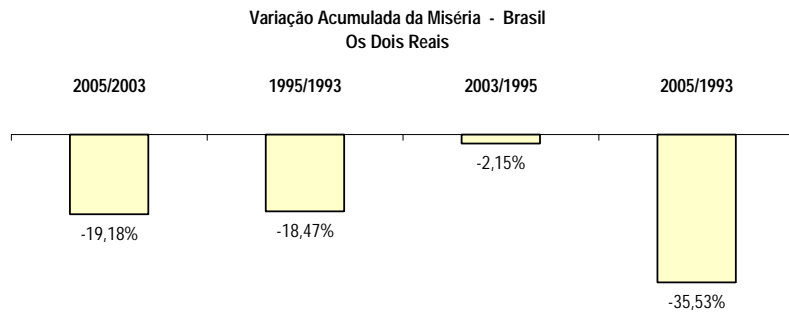
Rocha, S. (2003) "Pobreza no Brasil: afinal do que se trata?" Editora FGV: Rio de Janeiro, Brazil.

Skoufias, E. B. Davis, and S. de la Vega (2001) "Targeting the Poor in Mexico: An Evaluation of the Selection of Households into PROGRESA." *World Development*, 29(1), pp. 1769-84.

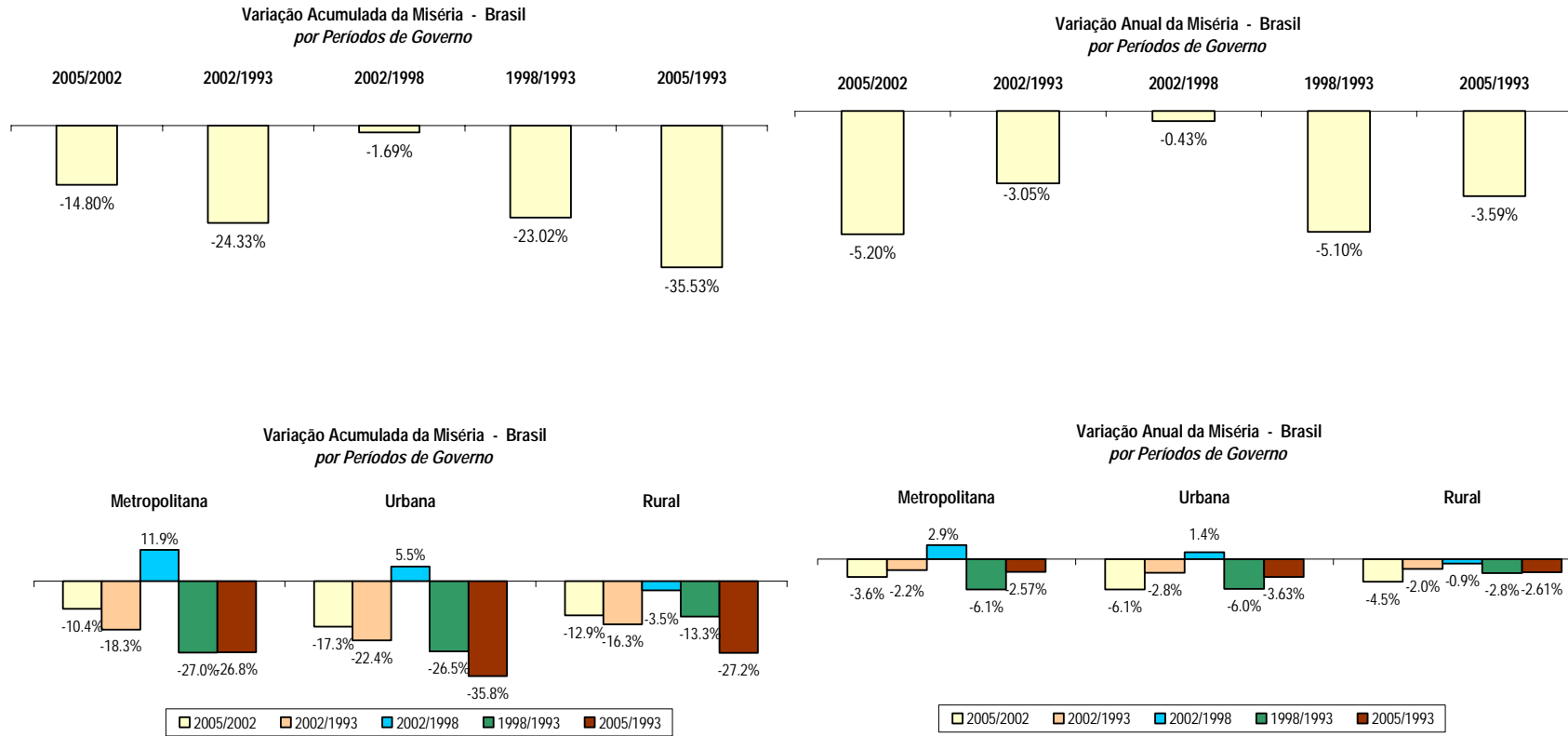
Skoufias, E. B. (2006) "Measuring Poverty in Brazil with the 2003-03 POF". Word Bank

World Bank (1988) "Brazil: Public Spending on Social Programs"; issues and options (Report n° 7086-BR).

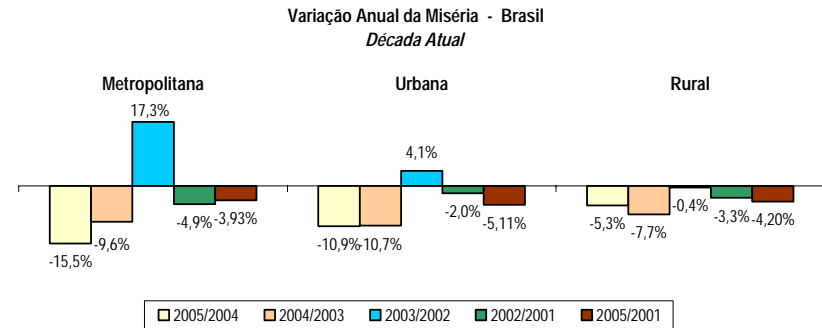
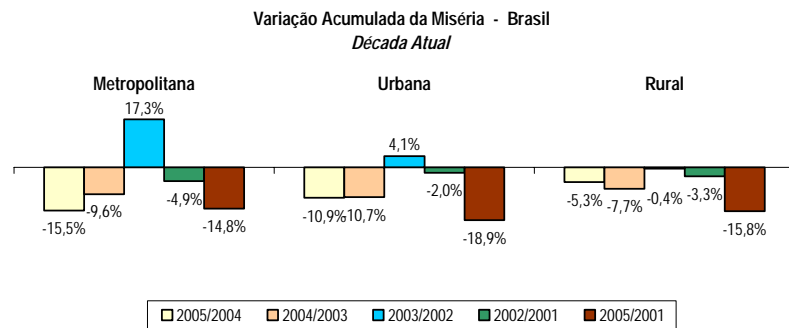
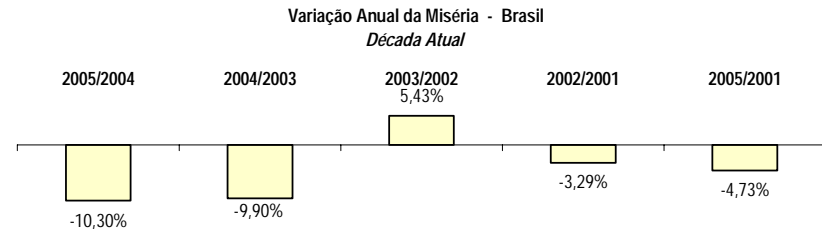
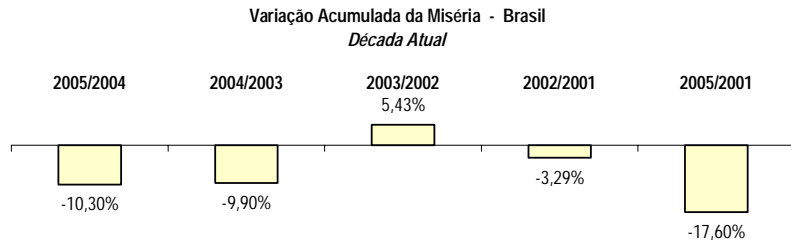
Miséria – Linha do CPS
(2 Reais)



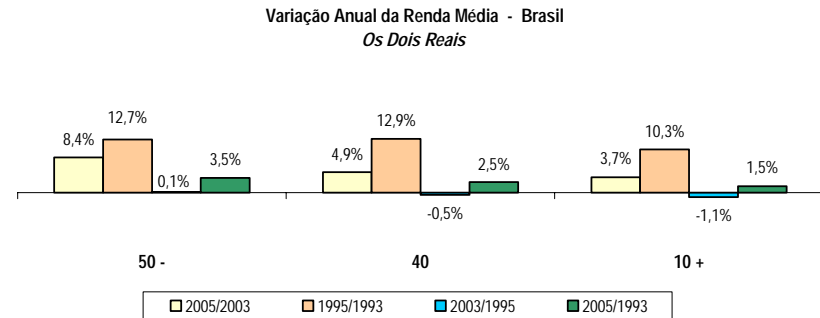
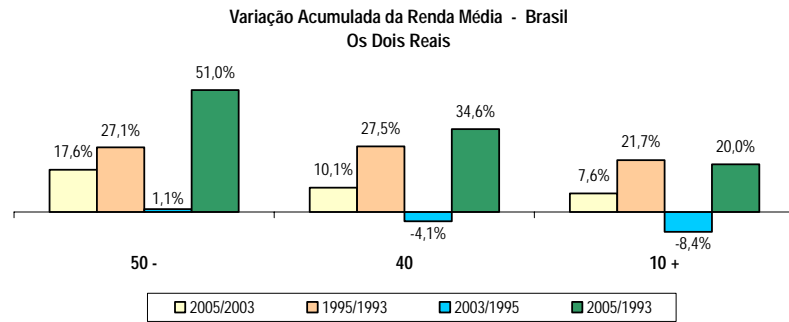
(Períodos de Governo)



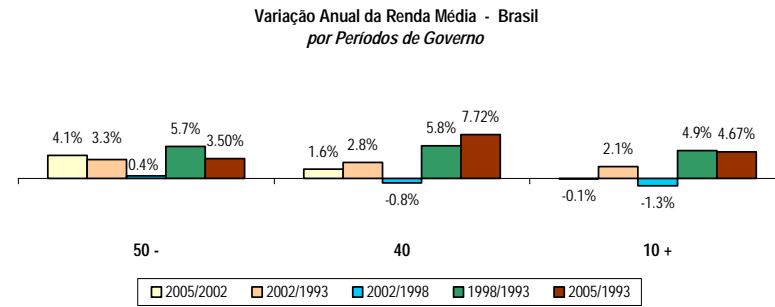
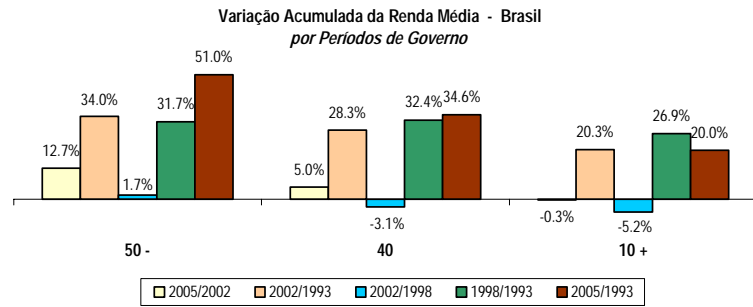
Miséria – Linha do CPS
(Década Atual)



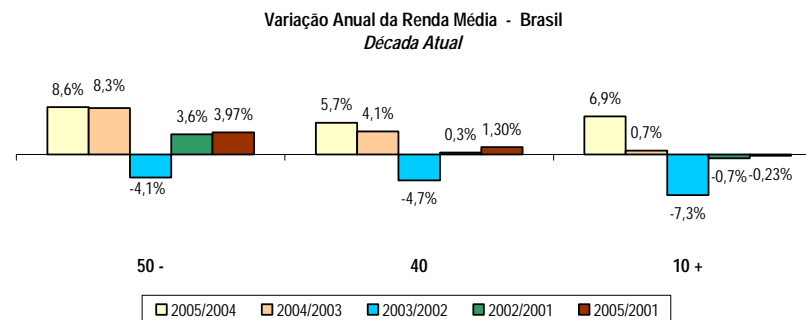
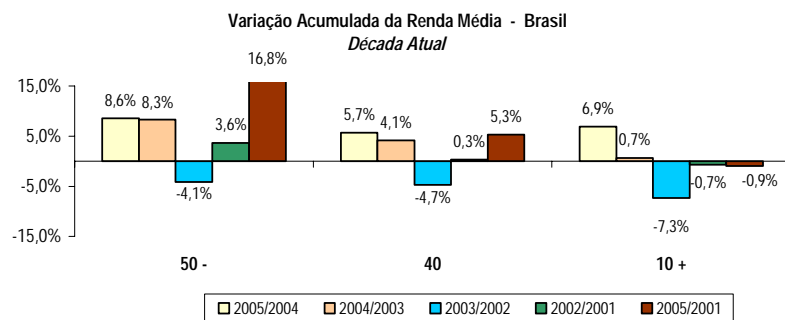
Distribuição
(2 Reais)



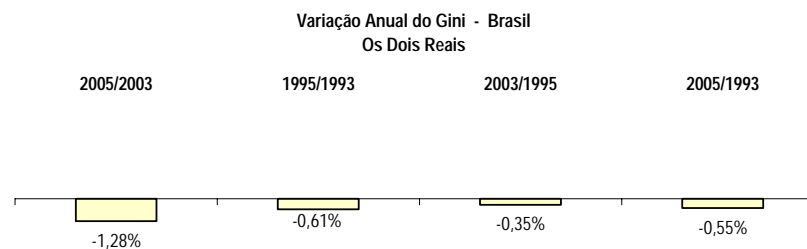
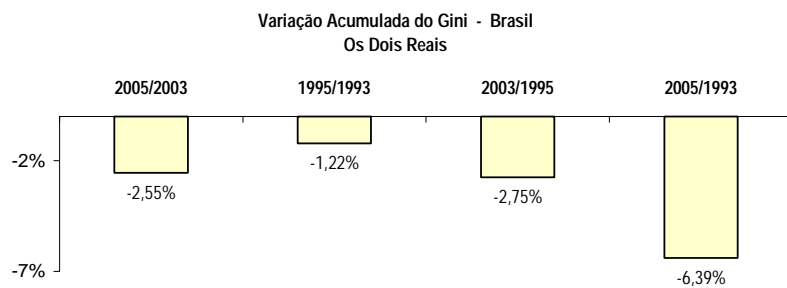
Distribuição
(Períodos de Governo)



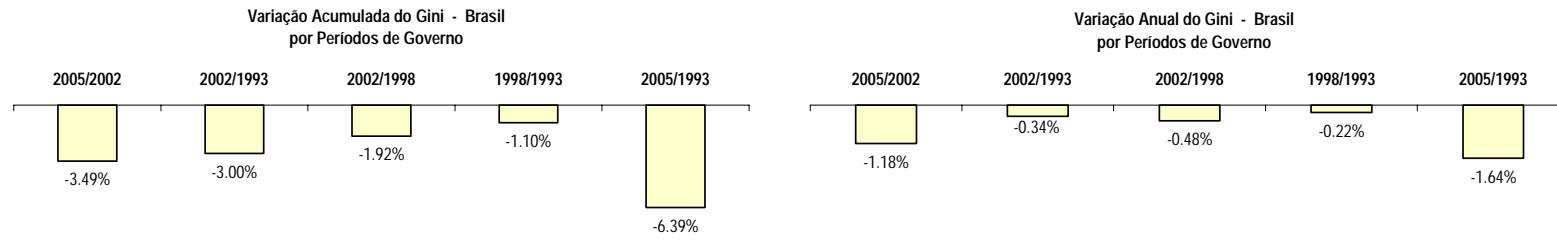
Distribuição
(Década Atual)



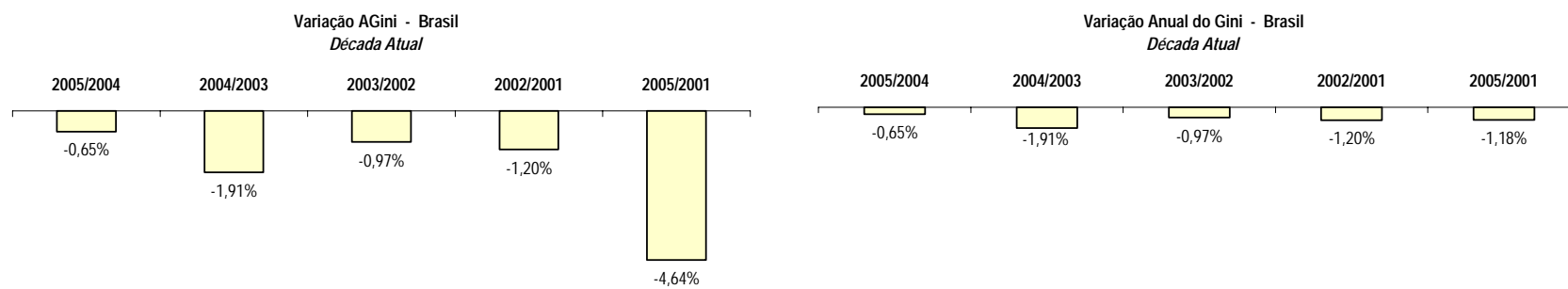
GINI
(2 Reais)



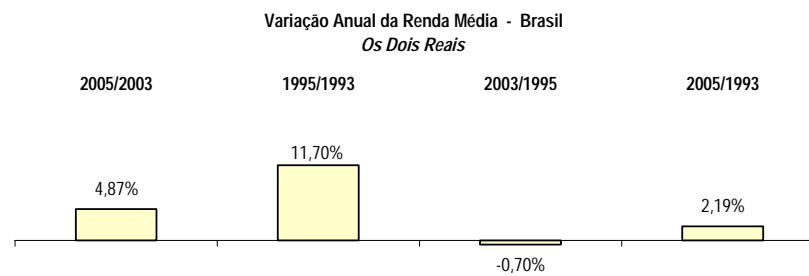
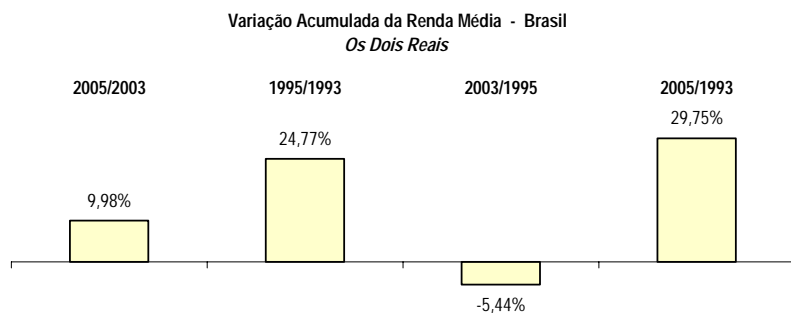
GINI
(Períodos de Governo)



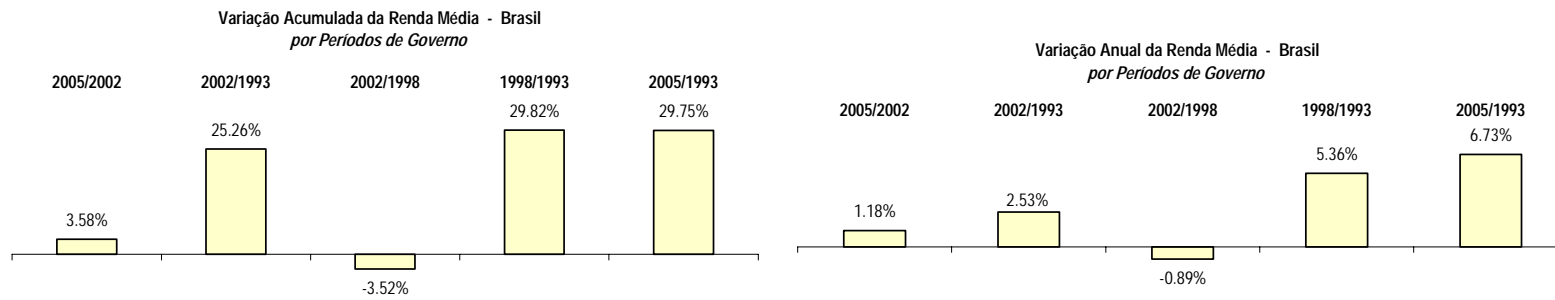
GINI
(Década Atual)



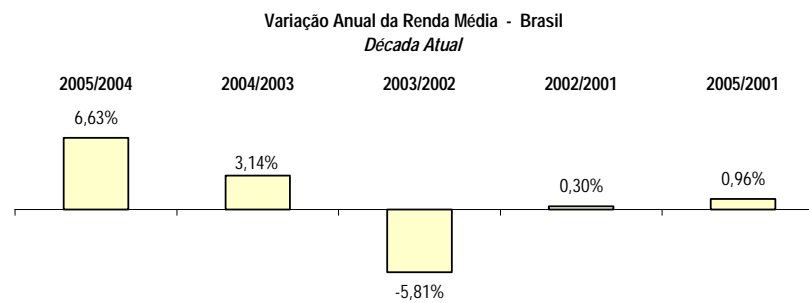
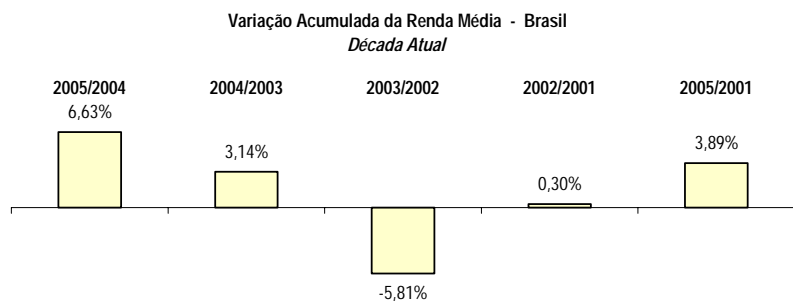
Média
(2 Reais)



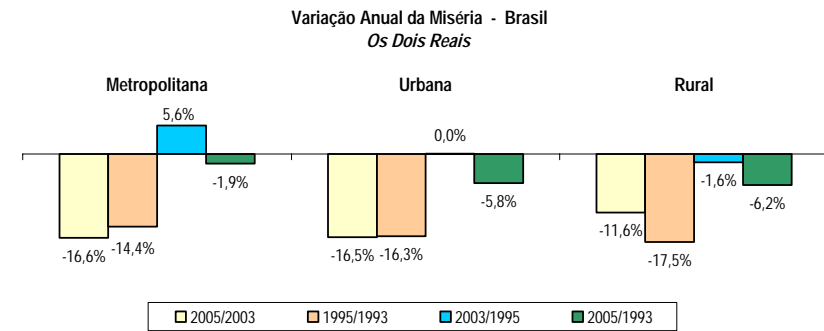
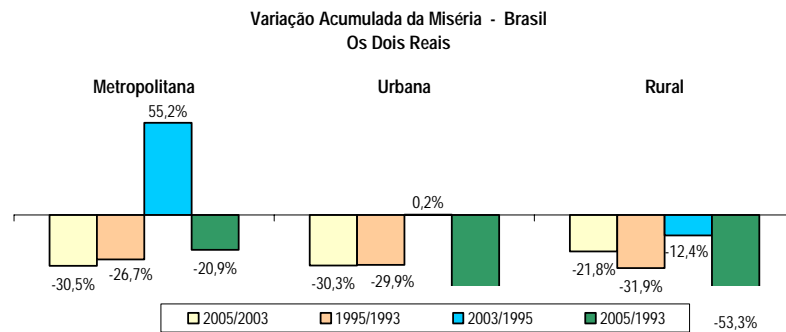
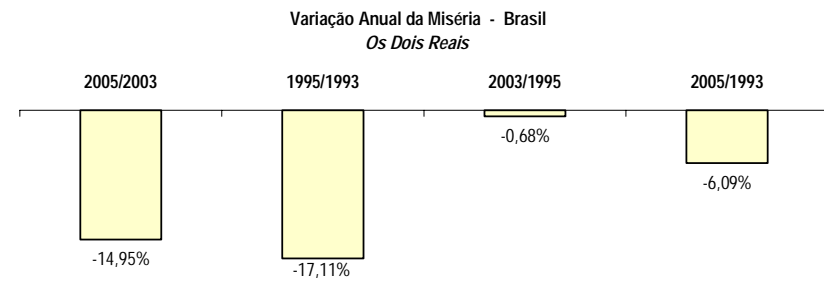
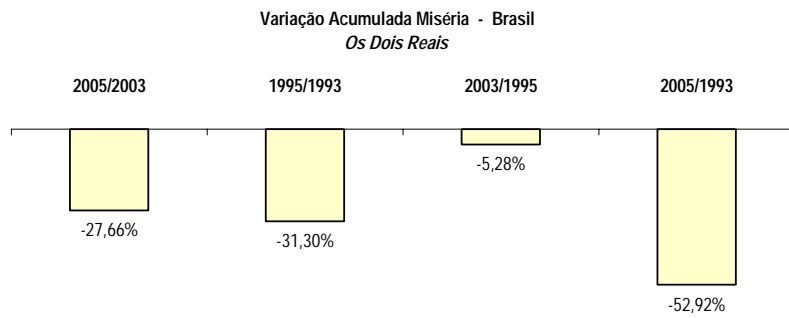
Média
(Períodos de Governo)



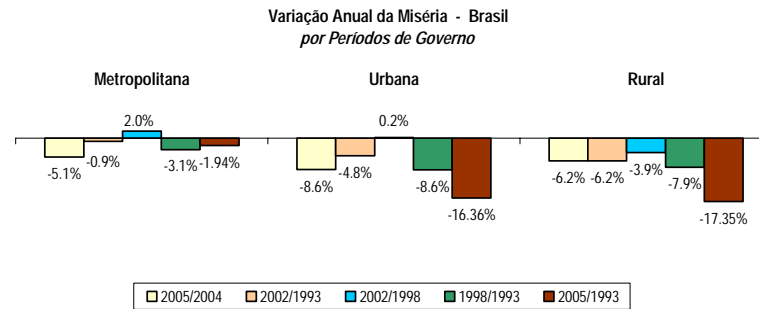
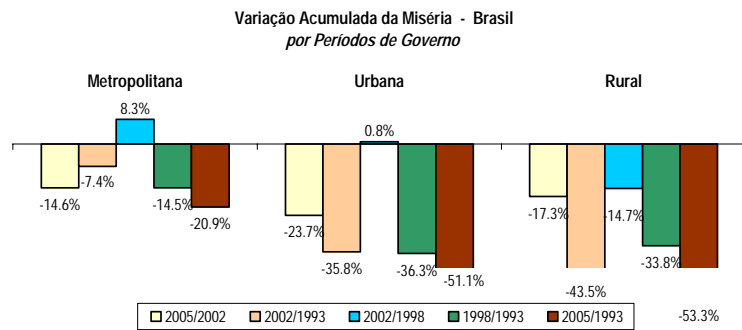
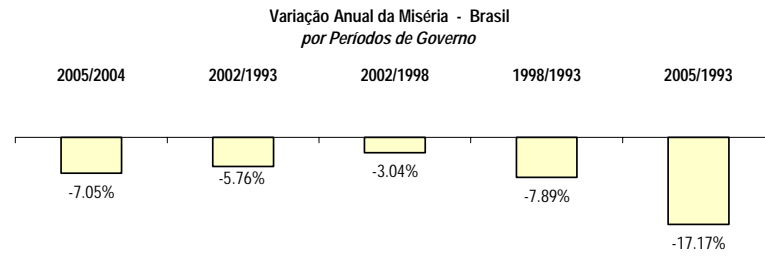
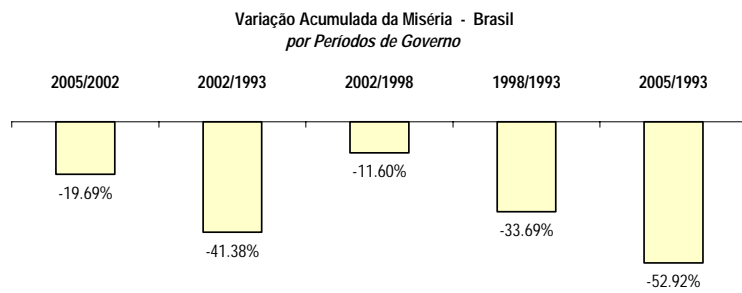
Média
(Década Atual)



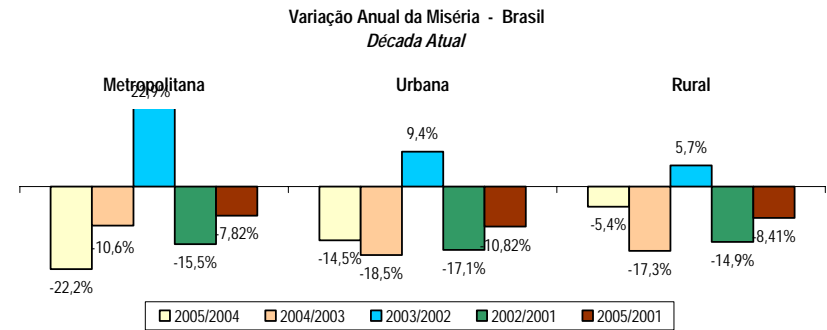
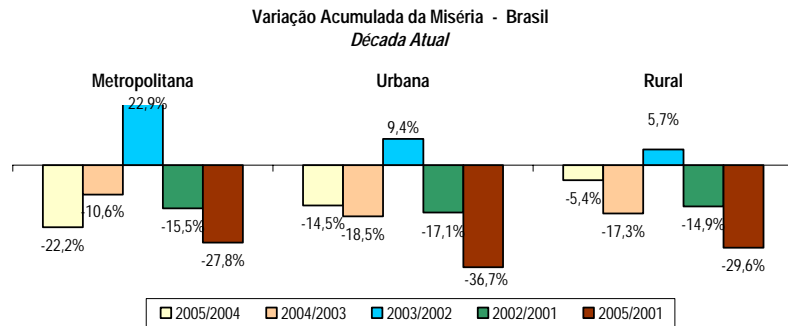
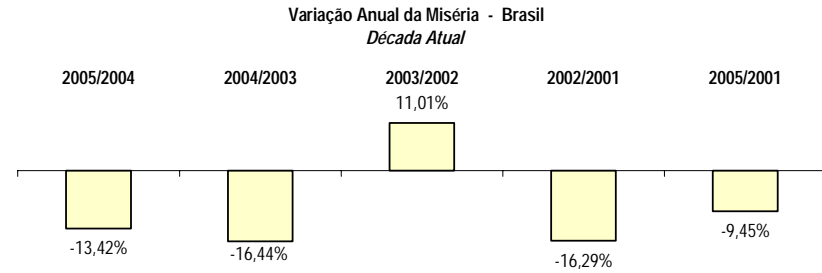
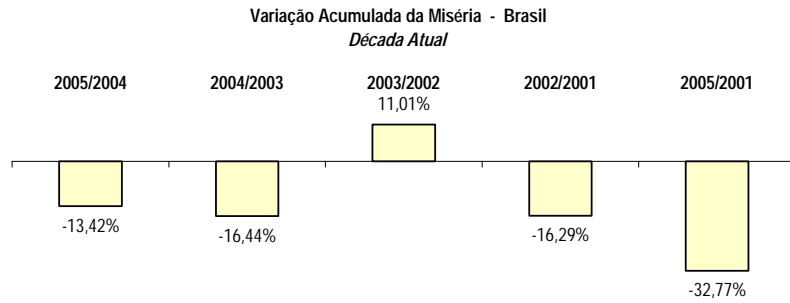
Miséria – Linha 1 US\$ dia das Metas do Milênio
(2 Reais)



Miséria – Linha 1 US\$ dia das Metas do Milênio
(Períodos de Governo)



Miséria – Linha 1 US\$ dia das Metas do Milênio
(Década Atual)



Nota 1: Deflatores Regionais

O nosso estudo, e mais especificamente a quantificação do número de pobres nos diversos locais do país tem como base uma linha de R\$121 a preços de São Paulo, referente a uma cesta de alimentos que garante o consumo diário de 2.288 calorias, nível recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Esta metodologia está especificada em Ferreira et al (2003) e Neri (2001). Fornecemos também uma outra medida passível de comparação com padrões internacionais, o cálculo da linha de pobreza nacional foi feito utilizando a linha internacional de U\$S 1 ajustada por diferenças de custo de vida internacionais (Paridade de Poder de Compra - PPP). A principal inovação do estudo é o ajuste por diferenças internas de custo de vida usando os deflatores regionais com base na Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003, conforme metodologia de Skoufias (2006). A seguir os deflatores utilizados:

| Região | | População (%) | Índice de Preços - Laspeyres |
|--------------|------------------------------|---------------|------------------------------|
| Norte | Metropolitana Belem | 1.05 | 0.968 |
| | Urbana | 4.69 | 0.924 |
| | Rural | 2.02 | 0.901 |
| Nordeste | Metropolitana Fortaleza | 1.7 | 0.906 |
| | Metropolitana Recife | 1.9 | 0.945 |
| | Metropolitana Salvador | 1.76 | 0.974 |
| | Urbana | 14.56 | 0.927 |
| | Rural | 7.95 | 0.901 |
| Sudeste | Metropolitana Rio De Janeiro | 6.3 | 0.946 |
| | Metropolitana Sao Paulo | 10.09 | 1 |
| | Metropolitana Belo Horizonte | 2.53 | 0.908 |
| | Urbana | 19.97 | 0.977 |
| Sul | Rural | 3.76 | 0.889 |
| | Metropolitana Curitiba | 1.51 | 0.919 |
| | Metropolitana Porto Alegre | 9.54 | 0.989 |
| Centro-Oeste | Urbana | 3.38 | 0.879 |
| | Rural | 1.39 | 0.849 |
| | Brasilia | 0.76 | 0.947 |
| | Goiania Municipality | 3.65 | 0.913 |
| | Urbana | 1.25 | 0.939 |
| | Rural | 0.2 | 0.919 |

Fonte: Skoufias, E. B. (2006)

Nota 2: Descrição PANORAMA

Informações Gerais

Ferramenta utilizada para medir a evolução anual da miséria e da renda (média e mediana) desde o início da década de 90. Permite visualizar essas informações baseadas em renda domiciliar per capita por diferentes grupos populacionais.

Passos para a utilização do Panorama:

1- Selecione o tipo de análise a ser observada

- Miséria (linha (CPS/IBRE/FGV)).
- Miséria (linha de U\$\$ 1 – PPP)
- Média de Renda
- Mediana de Renda

2- Dentre as 3 divisões de características (demográficas, sócio-econômicas e espaciais) selecione as que deseja visualizar simultaneamente

3- Clique em Gerar Tabelas.

4- Para cada tabela gerada é possível gerar um gráfico com os resultados apresentados. Basta clicar no botão Gráfico no canto inferior direito de cada tabela.

Panorama da Miséria Nacional
Todas as Fontes de Renda - 1992 - 2005

Análise: Miséria CPS

Gerar Tabelas Limpar seleção Selecionar todas

Características Demográficas

População Total Sexo Faixa Etária
 Anos de Estudo do chefe Cor ou Raça Posição na Família
 Imigração

Características Sócio-Econômicas

Posição na Ocupação Tempo de Empresa Maternidade

Características Espaciais

Tipo de Cidade Local de Moradia Região Geográfica
 Estado Região Metropolitana

Gerar Tabelas Limpar seleção Selecionar todas